INVESTIMENTO SOCIAL

Governo liberta 15 milhões de euros para capacitação das instituições



Novo programa

arranca já este mês de abril



Contribuintes
mais sensíveis para
apoiar as IPSS



MACEDO DE CAVALEIROS Agropecuária é mais-valia para a sustentabilidade



REFUGIADOS Lora Pappa agradecida às IPSS portuguesas



Autorizado pelos CTT a circular em invólucro fechado de plástico.

Autorizagão DE0/415/20404/DCN Mensário da CMIS



José Leirião Membro da CNIS

Portugal e a necessidade de retorno à convergência para a média europeia

Desde a nossa adesão à União Europeia em 1986, então CEE, Portugal seguiu uma rota de convergência concentrada nos anos seguintes à sua adesão, e na segunda metade da década de 90, sendo essa convergência mais intensa em termos de consumo das famílias, para um processo de visível divergência a partir do início deste século, com excepção dos anos 2005 e 2009, anos em que se registou uma pequena aproximação ao padrão médio europeu.

Como era esperado, os anos em que registou a intervenção da troika foram um desastre. Entre os anos de 2010 e 2013, o PIB português caiu 7% face ao padrão europeu e a qualidade de vida das famílias regrediu o equivalente a 20 anos, demonstrando assim o efeito da crise económica que afectou o país, agravada pela aceleração do processo da globalização, o alargamento dos países na União Europeia a Leste e a aplicação do programa de resgate financeiro.

Com efeito, as exigências e inflexibilidade do Eurogrupo, as regras do Semestre Europeu, do PEC e o Procedimento por Défice excessivo, tem tido um carácter punitivo, contribuindo para um ciclo vicioso no crescimento económico e coesão social, aumentando as desigualdades entre os países do Eurogrupo, entre os quais Portugal que tem estado refém em resultado das politicas de austeridade impostas e que tem conduzido à contínua desconfiança dos cidadãos europeus na elite da política europeia e dos eurocratas.

O governo português actual decidiu que era tempo de tentar inverter esta tendência, procurando argumentos e definindo uma estratégia que tivesse eco nas instituições europeias, de forma a contribuir para o relançamento de um ciclo virtuoso de crescimento económico e social, e de convergência na Zona Euro.

Foi com esta ideia que foi organizado em Janeiro, um "Seminário de Alto Nivel" em Lisboa, sob o lema de "Um Euro de crescimento e convergência" em que estiveram presentes personalidades de referência europeia que trouxeram credibilidade às conclusões do seminário e que o governo partilhou na cimeira dos Países do Sul, também ocorrida em Janeiro, e fez as chegar a Bruxelas, as quais tiveram um impacto positivo e que, em conjunto com os resultados económicos e sociais obtidos durante o ano passado, vieram contribuir para o aliviar das pressões sobre Portugal com a promessa de saída do Procedimento por Défice Excessivo em Abril próximo.

- O Seminário foi organizado em três sessões distintas:
- 1 Crescimento e convergência social e económica na Zona Euro
- 2 Instrumentos para prevenção e partilha de riscos financeiros e políticas fiscais
- 3 –Legitimidade Democrática e a sequência de passos para completar a União Monetária.

Um conjunto de 25 conclusões foram



acordadas e organizadas em dois grupos: com implementação de carácter urgente e no curto e médio prazo. Saliento apenas três dessas conclusões que considero cruciais e com consequências positivas para países como Portugal e que vem permitir uma melhoria da convergência e por arrastamento melhores condições sociais.

- a) Semestre Europeu funcionar não com o caracter sancionatório actual para com os países incumpridores de alguns critérios económicos e financeiros, mas sim com base em incentivos conducentes a um melhor e maior crescimento económico e social de forma a ultrapassar de forma consistente esses incumprimentos.
- b) Um processo de progressiva e maior convergencia nos planos económico, social e ambiental com base nos objectivos definidos na Estratégia Europeia 2020 e no Pilar Europeu dos Direitos Sociais.
- c) Um maior equilíbrio na atribuição de financiamento do Fundo Europeu de Investimentos Estratégicos criando condições e que favoreça um crescimento harmonioso e convergente entre os países da UE.

É muito importante para um pequeno país como Portugal ser portador de ideias e projectos credíveis para o futuro da União Europeia.

DIREÇÃO

Reunião em Vale Paraíso termina em saboroso torricado

A Direção da CNIS e os membros da Comissão Permanente do Conselho Geral reuniram, em Vale Paraíso, concelho de Azambuja, em encontro de trabalho há muito agendado para aquela freguesia onde, reza a história, el Rei D. João II recebeu, em 1493, Cristóvão Colombo depois de este ter chegado às Américas.

Para além da importante reunião, que tinha como principal ponto na agenda o Compromisso de Cooperação para o Setor Solidário, o encontro dos dirigentes tinha ainda um outro propósito, mais prosaico, diga-se.

Nas instalações da Junta de Freguesia de Vale Paraíso foi preparado um extraordinário Torricado, prato típico e tradicional da região, e que tem sido salvaguardado ao longo dos anos pela secular (465 anos) Confraria da Nossa Senhora do Paraíso.

O almoço contou ainda com as presenças do presidente da Câmara Municipal de Azambuja, Luís Abreu de Sousa, e de dois vereadores e do presidente da Junta de Freguesia de Vale Paraíso, Armando Calixto.

O Torricado consiste em pão assado na brasa e embebido em azeite, que acompanha uma bela posta de bacalhau, também ela assada na brasa, ou, quem preferir, com febra, entrecosto ou outra carne daquelas mais próprias para assar na brasa. Noutros tempos este era o prato dos trabalhadores rurais quando andavam na jorna.

Freguesia simpática, é entre a «Casa-Colombo» – uma das primeiras e pioneiras infraestruturas culturais de interpretação e divulgação de um dos mais importantes factos da História dos Descobrimentos, a descoberta

do «Novo Mundo» por Cristóvão Colombo e suas consequências – e o Mosteiro de Santa Maria das Virtudes que a freguesia de Vale Paraíso ganha dimensão para além das fronteiras administrativas.

Refira-se que o culto Mariano em Vale Paraíso é muito antigo, inclusive, anterior ao de Fátima, e tem na sua origem na aparição de Nossa Senhora a um guardador de vacas no início do século XV.

D. Duarte ao ter conhecimento desta notícia ordenou a construção de um convento franciscano anexo à ermida, um hospital, estalagens e outras estruturas de apoio à comunidade local e aos visitantes. Tornou-se então um dos principais pontos de peregrinações Marianas. Por ali passaram alguns monarcas como D. Duarte, D. Afonso V e D. João II, bem como a Rainha D. Leonor.



João Carlos Dias Presidente Adjunto da CNIS

Manter e aprofundar a intervenção das IPSS

Não existe desafio que as IPSS não encarem numa perspetiva de futuro e são muitos os desafios que hoje enfrentam, todos eles com efeitos no futuro próximo e determinantes para o cumprimento da sua missão.

Depois do importante papel que desempenharam, decisivo para suportar as consequências da grave crise que vivemos e ainda sem tempo de recuperar do esforço despendido, são confrontadas com novos desafios que não escolheram, mas que terão que enfrentar.

São muitos os olhares sobre este setor e muitas as vontades a quererem induzir caminhos diferentes, cheios de inovação, empreendedorismo, fórmulas milagrosas de redução de custos e moralização dos seus dirigentes, propostas assentes numa visão distorcida pelo preconceito, desconfiança e desconhecedora da realidade.

Nunca as IPSS foram resistentes a mudanças, ou fechadas em si mesmas, a sua enorme capacidade em adequar rapidamente os seus recursos a novas necessidades é notável, nunca deixa de ser feito o que tem que ser feito, no tempo em que deve ser feito.

Ainda há poucos dias, os menores não acompanhados chegados de campos de refugiados na Grécia, foram acolhidos, colocando o nosso País na linha da frente deste complexo processo, que exigiu e continuará a exigir de todos parceiros envolvidos, entidades do Estado e IPSS, a capacidade de adequar recursos e procedimentos a esta nova realidade, que representa para todos nós um verdadeiro desafio, dadas as questões internas e internacionais que se colocam.

Esta é a realidade que felizmente outros olhares conhecem, de milhares de cidadãos deste País, mulheres e homens, voluntários e trabalhadores, crentes ou não crentes, de todos os quadrantes políticos que se têm dedicado ao outro, uma realidade progressivamente reconhecida pelo Estado e hoje garantida por um compromisso de cooperação.

É verdade que nem sempre temos conseguido garantir o tratamento adequado a todos nas suas



necessidades específicas, no respeito da dignidade e garantia dos seus direitos, mas é nisso que todos estamos empenhados, acreditamos que o serviço público que as IPSS prestam de forma eficiente, deve ser mantido e aprofundado.

Manter e aprofundar a intervenção das IPSS, é uma questão de gestão inteligente dos recursos nacionais e sendo este setor Solidário, como parece ser, uma originalidade por esse mundo fora, não deve ser desperdiçado.

Nas nossas últimas Assembleias Gerais, tem sido manifestado por todos nós com determinação, a vontade de reforçar o papel das IPSS na garantia do acesso de todos ao Estado Social, de privilegiar esse acesso aos mais carenciados, de manter a cobertura Nacional, de garantir a sustentabilidade das Instituições, de reconhecer o papel dos seus trabalhadores através da contratação coletiva e salvaguardar a nossa identidade no contexto da economia social, garantindo sempre a representação do setor na "primeira pessoa".

Assim será.





PAR – PLATAFORMA DE APOIO AOS REFUGIADOS

São necessárias mais instituições de acolhimento

A Comissão Executiva da Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR) reuniu, pela primeira vez, na sede da CNIS, no Porto, com o coordenador Rui Marques a deixar um forte apelo a todas as instituições da sociedade civil para se disponibilizarem a receber famílias de refugiados.

"Este trabalho da PAR, que já vai com quase dois anos de desenvolvimento, tem mostrado os seus frutos e Portugal é reconhecidamente um bom exemplo de acolhimento e integração de refugiados, mas precisa de ir mais além", começou por dizer, ao SOLIDARIEDADE, Rui Marques, acrescentando: "Desta reunião sai um apelo para que mais instituições anfitriãs, um pouco por todo o País, possam acolher as ainda muitas famílias de refugiados que estão à espera que alguém as acolha. Este ponto é o destaque que faria desta reunião, quer junto das instituições que são associadas da CNIS, quer de outras instituições. É necessário haver mais instituições que se disponibilizem, que mostrem a sua generosidade para acolher uma família".

Depois de algum tempo de indefinição, com várias instituições a responsabilizarem-se como instituições anfitriãs e que durante muito tempo não receberam refugiados, a situação está num ponto

"Já são muito poucas as instituições anfitriãs que ainda não receberam refugiados. Nesta fase, com as 30 famílias que chegam neste início de Abril, já só ficam oito ofertas disponíveis, por isso importa levantar mais ofertas porque esgotaremos essa capacidade de acolhimento rapidamente. Há mais famílias para virem para Portugal, mas é preciso que haja resposta", asseverou o coordenador



da PAR, que considera que o atual momento "é de reafirmação da determinação das instituições da sociedade civil portuguesa que constituem a PAR no programa de acolhimento de refugiados em Portugal e no programa de voluntariado junto de refugiados que estão na Grécia, procurando reafirmar que a sociedade civil cumpre a sua quota-parte de responsabilidade, a par com a responsabilidade primeira e mais relevante que é a do Estado".

Sobre a realização, pela primeira vez, de uma reunião da Comissão Executiva nas instalações da CNIS, Rui Marques foi perentório: "É com muito gosto que reunimos a Comissão Executiva da PAR na CNIS, que tem sido, desde a primeira hora,

uma instituição fundadora e estruturante de todo o trabalho da Plataforma e, por isso, é muito relevante esta reunião neste local".

Pela CNIS, o padre Lino Maia marcou presença no início da reunião para, como presidente da CNIS, dar as boas-vindas e desejar um bom trabalho, cabendo ao padre José Baptista o papel de anfitrião, uma vez que é o representante da Confederação na Comissão Executiva.

Também o padre José Baptista salientou a continuidade do processo de "reflexão para sensibilizar novas instituições para o acolhimento, porque está-se, de facto, a precisar de mais instituições que recebam as famílias".

BRAGANÇA

Um bom exemplo do acolhimento de famílias refugiadas

Bragança acolheu há oito meses o primeiro e único grupo de refugiados que encontrou trabalho, apoio e aceitação da comunidade local facilitada pela convivência da cidade com os estudantes estrangeiros do Instituto Politécnico.

Este é o balanço feito pelos que chegaram à cidade e pela equipa que os acompanha, criada pela Santa Casa da Misericórdia, a instituição que recebeu em julho de 2016 três refugiadas, uma delas grávida, e dois bebés.

Uma das mulheres foi embora, com o filho, para França, poucos meses depois. Duas ficaram e trabalham na lavandaria da Misericórdia, com contrato de trabalho, enquanto os filhos bebés estão na creche da instituição.

As duas mulheres gostam de Bragança, sentem-se seguras e "não sentem rejeição por parte da comunidade local", como garantiu Catarina Vaz, diretora-técnica da Casa Abrigo da Misericórdia brigantina.

Bragança sabe receber e também já está habituada com os estudantes [estrangeiros] do Politécnico que abriram muitas portas", apontou a responsável, que já chegou a ir com as mulheres às compras e a ouvir a perguntarlhes se são alunas.

A equipa destaca os donativos da comunidade de Bragança, desde roupas a carrinhos para os bebés, na fase inicial de receção destas famílias.

Mesmo aquele que é o maior obstáculo, o da língua, tem sido ultrapassado com "um novo dialeto", como lhe chama Ana Saldanha.

Esta jovem trabalhou como voluntária com os refugiados e portugueses em situação precária durante o programa Erasmus na Dinamarca e, quando regressou a Bragança, ofereceu-se para acompanhar os refugiados.

As duas mulheres refugiadas estão a aprender Português desde que chegaram, mas ainda não falam a língua, embora já entendam. "Falar português é dificil, compreender é fácil", dizem.

Em Bragança, as refugiadas têm casa, água, luz, tudo pago, mas têm ainda dificuldade em perceber o valor monetário das coisas em Portugal, uma dificuldade que a equipa de acompanhamento está a tentar suprir.

Elas ganham o ordenado pago pela Misericórdia e recebem apoios financeiros da Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR).

A maior incógnita vai ser quando o programa de apoio, que dura 18 meses, acabar.

"Como é que estas famílias vão ficar no fim do programa, [altura] em que se acaba o apoio?", questiona Catarina Vaz, pois sabe que "não é o emprego que garante a permanência".

O provedor da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, Eleutério Alves, disse que não teve mais nenhum contacto das autoridades nacionais para receber mais refugiados, apesar de haver disponibilidade local de acolhimento.

A Misericórdia mantém em aberto também outro programa destinado a refugiados com perfil diferente, nomeadamente agregados familiares que queiram trabalhar nas zonas rurais. Este programa ainda não teve candidatos.

O provedor garantiu que a instituição tem disponibilidade de habitação e de terras para serem trabalhadas.



LORA PAPPA

Instituições portuguesas devem estar orgulhosas

Já chegaram a Portugal os primeiros cinco refugiados menores não-acompanhados, que há muito estavam nos abrigos da METAdrasi, a Organização Não Governamental (ONG) que na Grécia tem liderado e tomado em mãos o acolhimento dos refugiados mais jovens que ali chega-

Lora Pappa, a presidente da METAdrasi, acompanhou a vinda dos cinco jovens afegãos até Portugal, levando daqui "uma grande força para continuar" pela "energia" que as instituições portuguesas lhe transmitiram.

A vinda de Lora Pappa ao nosso País serviu ainda para formalizar o protocolo de cooperação entre a METAdrasi e a CNIS para o acolhimento e integração de refugiados menores não-acompanhados.

Como o SOLIDARIEDADE tem dado conta, a depois da viagem à Grécia do padre José Baptista e de Ana Rodrigues, a CNIS tomou em mãos, em concertação com o Governo, o acolhimento dos jovens que por diversas razões se viram obrigados a fugir dos seus países e sós chegaram ao país helénico.

"Portugal mostrou o caminho da solidariedade e isto é a primeira vez que está a acontecer. Em 25 anos neste trabalho com refugiados, nunca irei esquecer este momento, porque, apesar de dizermos que é impossível fazer uma série de coisas, há muitas coisas que são possíveis de fazer quando há vontade", sustenta Lora Pappa, que sobre o acordo com a CNIS releva a importância da sociedade civil em todo o processo de acolhimento: "A demonstração da solidariedade entre os povos é dado pela sociedade civil, através do trabalho feito pelas ONG como a METAdrasi, a CNIS e outras, mas é importante que os políticos cumpram as promessas que fazem".

Para a presidente da METAdrasi, que o SOLIDARIEDADE entrevistou na sede da CNIS, "este exemplo deve ser divulgado e a população deve erguer-se e relembrar à União Europeia (UE) o que é a solidariedade".

"A UE tem 500 milhões de habitantes e está a entrar em pânico por causa de uns milhares de refugiados. É caso para pensar na forma como países terceiros olham para a UE, quando alguns pequenos países acolhem 1,5 milhões de refugiados. Por exemplo, a Turquia tem 3,5 milhões de refugiados! Que imagem damos nós a estes países? É uma imagem de egoísmo, porque fechamos as fronteiras, não queremos ajudar ninguém e fechamo-nos sobre nós próprios", justifica, acrescentando: "O que sinto é que Portugal é um País que devia ser muito mais ouvido por outros países, que terão de entender que é incontornável que temos que acolher os migrantes e, por outro lado, o que é a solidariedade, porque de alguma forma parece que perdemos a noção da solidariedade".

Considerando o entendimento entre a



METAdrasi e a CNIS uma "luz ao fundo do túnel", Lora Pappa afirma: "A primeira coisa que gostaria de destacar, e que é um exemplo, é a cooperação entre a sociedade civil e o Estado. É algo que não acontece na Grécia nem noutros países da Europa. Em Portugal há uma muito boa cooperação entre o Estado e as ONG e isso é algo excelente. Não começámos em grande, cinco refugiados não é um grande número, mas é muito importante, porque é simbólico e é uma afirmação clara de que é possível ultrapassar os obstáculos burocráticos quando há vontade de ajudar. Este é, de facto, um exemplo excelente do que pode ser feito e uma luz ao fundo do túnel e na METAdrasi vamos tentar disseminar este exemplo. Temos recebido alguns contactos de organizações de outros países, mas eles ficam sempre muito céticos, mas agora posso dizer-lhes que é possível e posso apresentar o exemplo de Portugal".

Dirigindo-se às IPSS que, sob coordenação da CNIS, estão prontas para receber estes "filhos de um Deus menor", como Lora Pappa lhes chama, a presidente da METAdrasi diz que "devem estar orgulhosas, porque apesar de serem apenas cinco é um começo e é muito bom".

Apesar da enorme abertura de Portugal para acolher estes jovens que estão bloqueados na Grécia, Lora Pappa é perentória: "Se alguém me dissesse que Portugal recebia agora 1.200 destes miúdos eu diria que não, porque estamos na União Europeia e os outros países devem acolher estes menores também. Apesar de haver uma grande pressão sobre as ONG gregas, porque não têm solução para estes jovens, temos que ir devagar e com cuidado. Depois de ter trazido estes

primeiros cinco miúdos para Portugal estou muito otimista. A solidariedade e este coração aberto que aqui encontrei dá-me grande força para continuar".

Sobre a situação atual que se vive na Grécia, em geral, e na METAdrasi, em particular, Lora Pappa continua muito preocupada.

'Neste momento temos 1.200 menores não--acompanhados fora dos abrigos, em campos de refugiados ou em centros de detenção, pelo que é impossível pedir a um País que criou 1.200 lugares em um ano apenas que crie mais 1.200 lugares. E isto é impossível de fazer rapidamente e estes miúdos continuam a viver em condições de grande insegurança", revela, acusando: "Os políticos têm que ter soluções de longo-prazo e não estar sempre na expectativa e reagir a posteriori, em vez de serem proativos. Na generalidade não confio nos políticos, e há uma crise de confiança instalada, mas, por vezes, penso que os políticos também não confiam nas pessoas. No pico da crise dos refugiados, na Grécia, centenas de pessoas vindas de toda a Europa e de outros locais no mundo disponibilizaram-se para ajudar a METAdrasi. E isto surpreendeu-nos. Muitas vezes estas pessoas não têm voz, ao contrário de outras que são contra os migrantes e que falam muito alto, mas seguramente não são a maioria. As pessoas querem ajudar e são solidárias".

Por outro lado, o "maior receio é não haver um plano b, caso aconteça algo este verão, isto é, se os números crescerem de forma descontrolada, não há um plano b e a Grécia não conseguirá aguentar mais uma grande vaga de refugiados", argumenta Lora Pappa.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MACEDO DE CAVALEIROS

90 anos ao serviço das Obras de Misericórdia

No dia 15 de março de 2017, a Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros celebrou 90 anos de existência, com as cerimónias de aniversário a acontecerem nos dias 17 (com uma missa pelos irmãos e benfeitores falecidos) e 18 (com o seminário «Os novos desafios das Misericórdias»).

Ora, nove décadas de vida, e apesar de ser uma das mais jovens em Portugal, acarretam uma história vasta e diversa sempre na busca de concretizar as Obras de Misericórdia.

No entanto, e por ser um excelente exemplo para contrariar uma certa tendência dos tempos atuais em que o ódio aos migrantes parece querer ganhar terreno ao espírito solidário, o SOLIDARIEDADE destaca no historial da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros, precisamente, a sua obra mais recente, cuja inauguração data de 2010.

Sem vagas na resposta de ERPI (Estrutura Residencial Para Idosos), com uma lista de espera de cerca de 200 pessoas e perante a recusa da Segurança Social para alargamento do lar já existente, que acolhe 83 idosos, o provedor Alfredo Castanheira Pinto, que está há 44 anos no cargo, avançou com a proposta de construção de um Centro de Dia no Lombo, o casal de maior dimensão propriedade da Santa Casa.

"O Lombo era onde a Misericórdia tinha o casal e a exploração agrícola maior. Tinha terreno disponível e era a parte do concelho que estava mais desprotegida de internamento em lar. Já que a Segurança Social não deixava ampliar o lar de Macedo, propusemos fazer um Centro de Dia no Lombo, o que foi aceite", começa por contar o provedor, recordando como, depois, acabou "por se transformar em lar": "Durante todo este processo acabámos por elaborar um estudo prévio para um lar, que chegou a ser inscrito em PIDDAC, mas que nunca veio. E esteve assim meia dúzia de anos até que alguém me perguntou, no fim de uma reunião em Fátima, se queria fazer um lar que ele arranjava financiamento. Nós tínhamos projeto, terreno e tudo o resto, de forma que respondi na hora que sim. Não esperei para reunir a Mesa, porque quando fosse dar resposta já tinha passado o momento".

Castanheira Pinto não quis perder tempo, até porque todo o processo estava elaborado, faltava apenas o financiamento.

"Passado uns tempos, esse alguém, que era o padre Victor Melícias, pôs-me em contacto com uma fundação do Luxemburgo no sentido de financiar o lar", recorda, prosseguindo: "Entrámos em contacto, eles pediram documentos sobre a obra e o equipamento, nós enviámos e foi, então, marcada uma reunião para o Luxemburgo".

A esta altura e com toda a documentação entregue "direitinha", o provedor Castanheira Pinto continuava inquietado e ansioso por



saber uma única coisa...

"Havia vários pontos para a reunião e lá no meio estava o financiamento, escusado será dizer que esse era o assunto que mais me interessava. A obra estava orçada em 1,5 milhões de euros e, quando chegou ao assunto do financiamento, eles disseram que tinham inscrito em plano para essa obra dois milhões de euros", conta, recordando a satisfação que sentiu, até porque, "no decurso da obra, pagavam religiosamente a três meses e no final da obra, vieram cá à inauguração e ainda nos permitiram que recebêssemos o IVA da obra, que foram mais 500 mil euros".

No final, o Lar do Lombo custou 2,5 milhões de euros, integralmente pagos pela Fundação Félix Chomé do Luxemburgo.

"A Misericórdia não gastou um tostão na obra, nos equipamentos, nem nas carrinhas", revela o provedor, sublinhando a "única contrapartida que a Fundação Chomé colocou" e que leva o SOLIDARIEDADE a destacar este momento da história de 90 anos da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros: "Deveríamos dar prioridade no internamento a pessoas que estivessem



no Luxemburgo a trabalhar ou familiares destes, porque, segundo eles, foram os portugueses que ajudaram a fazer o Luxemburgo".

Em sinal de agradecimento, "todos os anos por altura do Natal e da Páscoa, a Misericórdia de Macedo envia azeite, vinho e espumante produzidos na instituição para eles celebrarem essas festas".

Este é, provavelmente, um dos últimos momentos marcantes nos 90 anos de existência da Santa Casa macedense, cujo arranque e primeira



metade de vida se desenvolve na área da saúde.

"O hospital foi feito em 1910 e até 1927, data da fundação da Misericórdia, esteve à espera para arrancar. Isto é, o hospital foi construído para a Misericórdia e esta foi criada para pôr o hospital a funcionar", afirma o provedor, lembrando que, "para além disto, na altura também já se dedicava a distribuir alimentos e medicamentos pelas pessoas mais pobres".

No entanto, com a Revolução de 25 de abril de 1974 e as consequentes nacionalizações em 1976, a Misericórdia perde o hospital, à altura a única valência da instituição.

"Dada a legislação da altura, com a nacionalização todas as instituições que não tivessem outras valências a não ser as da saúde perdiam os bens a favor do Estado. E para que isso não acontecesse à Misericórdia de Macedo, que já tinha umas herdades, apesar de ainda não estarem em posse da instituição, mas em posse de usufruto, alugou uma casa em Macedo de Cavaleiros, onde passou a funcionar um mini lar, com oito camas", recorda Castanheira Pinto, ressalvando que foi "a partir daí que a Misericórdia passa a dedicar-se ao social", dedicando a área da saúde.

De facto, se, por um lado, 1976 foi um ano negro para a Santa casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros, pois perdeu o hospital e esteve na iminência de perder todo o restante património, por outro lado também foi o início de um outro caminho que trouxe a instituição a um estádio de desenvolvimento e sustentabilidade muito apreciável.

Depois de assentar a sua ação social no mini lar «arranjado» em 1976, e que esteve a funcionar até 1987, altura em que construiu o atual lar de Macedo, a Misericórdia cresceu de forma exponencial, dedicando-se ao apoio à terceira idade, uma vez que "a área da infância teve até há pouco muitas respostas no concelho".

Atualmente, a Santa Casa acolhe no Lar de Macedo 83 idosos, no Lar do Lombo 55, em Centro de Dia 10 utentes, apoia em SAD 79 idosos e no RSI (Rendimento Social de Inserção) 160 famílias (nos concelhos de Macedo de Cavaleiros e Alfandega da Fé) e serve 55 refeições/dia na Cantina Social, empregando no total da instituição 130 funcionários.

Acresce a isto, o trabalho desenvolvido nas Quintas Agrícolas, que, no conjunto, ocupam cerca de 100 hectares de terreno, a maior parte em parcelas dispersas.

"Começou tudo no ano de 1978, estava há seis anos como provedor, com a plantação da primeira vinha no Casal do Lombo. Fizemos investimentos grandes nessa altura, para que o casal fosse produtivo. A ideia era produzir vinho para os utentes do lar", sustenta Castanheira Pinto, ressalvando: "Fazemos também a comercialização dos excedentes, especialmente de vinho e de azeite, mas o rendimento dessa venda é para investir na área social da instituição".

A propósito da produção de vinho e de azeite, o provedor fala com orgulho nos prémios já alcançados: "Começámos a comercializar o vinho e o azeite por volta de 2003, altura em que construímos a adega, que custou 250 mil euros, pagos com dinheiro da instituição. Nos dois primeiros anos fomos a um concurso mundial de vinhos onde ganhámos uma medalha de ouro a nível mundial com o espumante e várias medalhas com os vinhos (2003 e 2004). Agora não



temos ido a concursos porque estes exigem que haja uma reserva de vinhos e nós não a temos, nem nunca iremos ter, porque, agora, temos apenas oito hectares de vinha plantada e, no máximo, iremos até aos 10 hectares".

Tendo por lema, desde que é provedor há 44 anos, praticamente metade da vida da Misericórdia, o empreendedorismo e a sustentabilidade, Castanheira Pinto tentou desde início rentabilizar o património rústico da instituição, muito dele doado, "algum comprado".

E só assim é que a Misericórdia, que serve uma média de 300 almoços/dia, consegue que "90% dos produtos consumidos na instituição" sejam produzidos pela própria, artigos como a batata, o feijão, o azeite, o vinho, a cenoura, o feijão-verde, a alface, a couve-flor, o repolho e muitos outros. Aqui, o investimento nas estufas foi fundamental e é hoje uma mais-valia para a instituição.

"Temos ainda um rebanho de ovelhas em que todos os cordeiros nascidos são abatidos e congelados para depois serem consumidos na instituição. O mesmo acontece com os porcos", revela, lamentando, porém, que ainda se gaste em algum com produtos alimentares, como fruta, mas "há a intenção de plantar uns pomares".

Refira-se que a Misericórdia é possuidora de 5.000 oliveiras, de cuja produção de azeite vai desde 1910, data de construção do hospital, um almude (25 litros) para a aldeia de Gradíssimo, para "alumiar a lâmpada do Santíssimo Sacramento na capela da aldeia".

Esta foi a contrapartida exigida pela benfeitora que construiu o hospital e que ainda hoje é cumprida pela Misericórdia de Macedo de Cavaleiros.

Aliás, muito do património da instituição, à semelhança de outras congéneres, foi doado, algo que "hoje já não é assim".

Atualmente são poucas as doações e algumas bem problemáticas.

"As pessoas doam às Misericórdias propriedades que muitas vezes trazem problemas de partilhas familiares. Essas não as quero, aceito



todas as doações desde que não tragam encargos para a Misericórdia, porque muitas vezes trazem encargos superiores à própria doação. Muitas vezes há pessoas que vivem sozinhas e não têm família e aparece alguém que se acha mais esperto do que os outros e que, por troca da herança, lhes diz que as acompanham até ao fim da vida. No entanto, assim que fica com os bens, coloca a pessoa num lar. Falou-se numa legislação que acautelasse essa situação e que, de facto, os bens ficassem para a pessoa que acompanha a pessoa até ao fim, mas nunca saiu", acusa o provedor.

Quanto ao futuro, há um projeto que urge pôr em marcha, mas falta financiamento.

"O projeto que temos neste momento é o da renovação do lar de Macedo, que já tem 30 anos. Foi requalificado algumas vezes, mas necessita de uma intervenção de fundo. Temos o projeto feito e estamos à espera que as candidaturas do Portugal 2020 abram para nos podermos candidatar e fazer uma séria remodelação do equipamento. É uma obra que está estimada em cerca de um milhão de euros e vamos lá ver se conseguimos apanhar alguma coisa, mas já há um ano que estamos à espera de financiamento", sustenta Castanheira Pinto, assegurando que "sem apoio não é possível avançar", até porque "a Misericórdia de Macedo não é pobre, nem é rica, é remediada, tem uma boa saúde financeira, mas não dá para aventuras", pois importa garantir a sustentabilidade da instituição.



PROCOOP - PROGRAMA DE CELEBRAÇÃO OU ALARGAMENTO DE ACORDOS DE COOPERAÇÃO

Novo procedimento já está no terreno

O ano de 2017 traz novidades no que à celebração ou alargamento dos Acordos de Cooperação entre as IPSS ou equiparadas e o Estado diz respeito e o corrente mês de Abril marca o arranque do novo procedimento, o chamado PRO-COOP (Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais). O SOLIDARIEDADE deixa aqui algumas informações mais relevantes sobre este novo modelo, destacando algumas situações que as instituições devem ter em conta.

No domínio da ação social, a cooperação entre o Estado e as instituições sociais assenta, desde há décadas, no primado do estabelecimento de uma parceria, com partilha de objetivos, mediante a repartição e assunção de obrigações e responsabilidades, com vista ao desenvolvimento de serviços, respostas e equipamentos sociais para a proteção social dos cidadãos.

Esta partilha rege-se pelos princípios orientadores da subsidiariedade, proporcionalidade, solidariedade e participação, sempre entendidos numa perspetiva de otimização de recursos, sobretudo os financeiros, devido à sua finitude, impondo a necessidade de uma efetiva programação dos Acordos de Cooperação a celebrar, em função da reavaliação de prioridades para o setor e, sobretudo, a definição de objetivos e critérios uniformes e rigorosos na seleção das respostas sociais.

"O PROCOOP é um novo paradigma para a celebração de novos ou alargamento dos Acordos de Cooperação", começa por afirmar Elisabete Mateus, coordenador do novel programa da Segurança Social, sublinhando que um dos principais objetivos da Portaria nº 100/2017, de 7 de março, "é incutir transparência através da introdução de critérios claros".

Sobre esta matéria, na última Assembleia Geral, o presidente da CNIS deu alguns esclarecimentos, essencialmente para sossegar os dirigentes das IPSS para quem este novo modelo ainda é, de certa forma, uma grande incógnita.

"Na prática o que se pretende com este programa é regularizar a situação de não haver candidaturas espontâneas de instituições, só porque têm acesso ao Centro Distrital da Segurança Social ou ao presidente da federação do partido", afirmou o padre Lino Maia, explicando: "Agora é definido que, em determinado momento, vai haver a possibilidade de alargamento de Acordos de Cooperação, por exemplo, para ERPI, então há um concurso e fazem-se as candidaturas. Há, por exemplo, a possibilidade de alargamento dos Acordos de creche, então saiu um aviso e as instituições, em situação de igualdade, concorrem".

Convém frisar que o PROCOOP se aplica apenas à celebração de novos acordos ou ao alargamento dos já existentes, havendo ainda umas exceções, que daremos conta mais à frente.

Na Reunião Magna de Fátima, o padre Lino Maia destacou ainda o facto de ser intenção do Governo fazer com que "os primeiros concursos sejam para aproximar a capacidade instalada dos



Acordos celebrados".

Isto prende-se com situações existentes em muitas zonas, "especialmente com equipamentos novos, em que a capacidade está ocupada a 100% e os Acordos cobrem apenas 50%, 60% ou menos do que a capacidade, e há vontade de aproximar os acordos da capacidade até 80%".

Por outro lado, "pode haver, ou não, vontade de privilegiar algumas zonas que estão mais carenciadas, que têm menos equipamentos e menos respostas sociais".

Neste particular, o que se conhece, para já, é que a intenção do Estado é privilegiar "os distritos que estão 1/3 abaixo de outros em termos de Acordos de Cooperação celebrados", como explicou Elisabete Mateus.

"Esta é fundamentalmente a filosofia do programa. E para que o Acordo de Cooperação não seja apenas uma coisa negociada a pedido individual de uma instituição, agora passa a ser através de concurso, a que as instituições se candidatam", sustentou o líder da CNIS, lembrando que "ainda está em equação a forma de acompanhamento deste procedimento".

Recorde-se que este novo procedimento foi



acordado em sede de Cooperação entre o Estado e as representantes das organizações sociais, plasmado na Adenda ao Compromisso de Cooperação para o Setor Solidário 2015-2016, e tem como objetivos "a definição clara de prioridades no Orçamento Programa e a introdução de critérios e regras de hierarquização e de seleção das candidaturas transparentes e objetivos, sendo concretizado através de avisos de abertura de candidaturas, as quais serão aprovadas até ao limite da dotação orçamental neles divulgados".

Assim, no âmbito da celebração de novos





Acordos de Cooperação ou de alargamento daqueles já em vigor, o PROCOOP assenta na abertura de procedimentos concursais com vista à seleção de respostas sociais promovidas pelas entidades do setor social e solidário que reúnam as condições e os requisitos à celebração de Acordos de Cooperação.

Abril marca, de facto, o início deste novo procedimento, estando previstos os primeiros avisos de abertura para a primeira metade do mês, seguindo-se o período de formalização de candidaturas.

É importante sublinhar que haverá diversos avisos, um para cada resposta social.

A coordenadora do PROCOOP lembra que "este não é um programa de investimento, mas sim um programa para o funcionamento das respostas", ou seja, só serão elegíveis candidaturas para celebração de um novo Acordo com vista ao desenvolvimento de uma resposta social, revisão de um Acordo já celebrado e em vigor para passar a abranger mais utentes, revisão de Acordo atípico já celebrado e em vigor com o objetivo de rever o atual custo utente, podendo ou não abranger mais utentes, e, por fim, revisão de Acordo atípico já celebrado e em vigor, com o propósito de abranger mais utentes ou aumentar o atual valor global da resposta social.

De fora deste procedimento concursal ficam: as instituições cujos equipamentos foram construídos no âmbito do PARES (aqui a IPSS deve proceder como sempre fez, contactando o Centro Distrital); quando o Estado determina as necessidades no terreno, como são os casos dos LIJ ou da Intervenção Precoce (as IPSS devem manifestar interesse junto do Centro Distrital); as instituições com valências sem capacidade definida, casos dos Centros Comunitários; as respostas inovadoras e atípicas; e as instituições que viram os Acordos revistos em baixa em virtude da variação da frequência (estas IPSS têm prioridade no alargamento do Acordo no mesmo montante em euros, havendo ainda a possibilidade de aplicar esta verba noutra resposta social).

Tudo depois começa com o Aviso de Abertura, que estipula os montantes disponíveis, quais as respostas sociais elegíveis, o período de validade da candidatura e o prazo para apresentação da candidatura, que só pode ser efetuada através da plataforma da Segurança Social Direta.

Tal como haverá um Aviso para cada uma das respostas sociais a concurso, também as IPSS estão obrigadas a fazer tantas candidaturas quantas respostas sociais pretendam contratualizar. Ou seja, o facto de uma instituição já ter concorrido para, por exemplo, um aviso de creche, não a liberta de apresentar nova candidatura se o aviso, agora, for para ERPI.

Extremamente importante para que a candidatura seja admitida e tida em conta é a atualização



dos dados e moradas dos equipamentos/estabelecimentos, sob pena de estarem a prestar falsas declarações.

ADMISSÃO DE CANDIDATURAS

Segue-se, então, o momento de admissão da candidatura, que se estende por três fases.

Na primeira fase, em que tudo é feito online, é avaliada pelos Serviços Centrais da Segurança Social a elegibilidade da instituição com corrente e o enquadramento da candidatura.

Aqui, será avaliada a elegibilidade da resposta e o enquadramento no período de validade e âmbito geográfico e ainda nas tipologias estabelecidas em sede de Aviso.

Caso o aumento de capacidade do equipamento tenha surgido por obra sujeita a licenciamento camarário, a instituição está obrigada a apresentar a (nova) licença de utilização. Se esse alargamento advir por uma requalificação do espaço que não necessitou de licenciamento, então não é necessária a entrega da licença de utilização.

Em sentido contrário, há cinco critérios essenciais para a não admissão de uma candidatura: a não entrega da candidatura pela Segurança Social Direta; a instituição não estar constituída legalmente, pelo menos, há dois anos a contar da data do Aviso e não deter Acordos de Cooperação celebrados e em vigor ou respostas sociais com licença de funcionamento; a não apresentação de toda a documentação exigida; prestação de falsas declarações; e, muito importante, a não atualização, à data da candidatura, dos dados referentes aos Acordos de Cooperação, designadamente as frequências das respostas sociais, inclusive as extra Acordo.

Relativamente a este último ponto, importa sublinhar que a instituição deve comunicar os números de frequência em Acordo e extra Acordo de todas as respostas sociais e não apenas daquela a que se está a candidatar.

Na segunda fase da admissão de candidatura dá-se a hierarquização e seleção das candidaturas, que tem quatro grandes critérios: Cobertura em termos de área geográfica; Utentes, isto é, qual a percentagem de cobertura; Tempo de espera, ou seja, o período em que a IPSS está à espera de celebração de Acordos; e Sustentabilidade da instituição, ou seja, uma instituição será tanto mais sustentável quanto o Acordo se aproximar da frequência máxima.

Também aqui será em sede de Aviso de Abertura que será definido o peso percentual dos critérios.

Se numa primeira fase será apenas solicitada a documentação necessária para o processo avançar às IPSS selecionadas, as restantes não serão logo eliminadas, porque as escolhidas poderão não preencher todos os requisitos e, então, serão outras repescadas.



Chega-se, então, à terceira fase que é a apreciação das candidaturas. Aqui, as candidaturas selecionadas que se enquadrem na dotação orçamental serão aprovadas pelo Conselho Diretivo do Instituto da Segurança Social. As instituições serão notificadas para, no prazo de 10 dias, entregarem os seguintes documentos: Licença de utilização do equipamento onde funciona a resposta social, com as exceções já referidas atrás; Ata da última eleição dos órgãos sociais e da tomada de posse; documentos da titularidade da infraestrutura onde se desenvolve a resposta social; e informação económico-financeira, entre ela as fontes de financiamento e o custo estimado da resposta.

Há ainda um novo documento a ser entregue, que "não é negociável", segundo a coordenadora do PROCOOP, que é o parecer, inspeção ou relatório de vistoria emitido pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, ou entidade credenciada por esta, em matéria de risco de incêndios.

Após a decisão de celebração de Acordo de Cooperação (novo ou alargamento), a instituição tem 20 dias úteis para apresentar o projeto de funcionamento da resposta social (cujos documentos estão elencados no site da Segurança Social).

FORMULÁRIOS

No preenchimento dos formulários de candidatura, as instituições devem tomar atenção a determinadas questões, como guardar frequentemente os dados preenchidos, pois, caso contrário, estes desaparecem ao fim de pouco tempo, as instituições podem fazer várias candidaturas para o mesmo Aviso, sendo que a última é que é válida e, muito importante, caso detetem dados incorretos já inscritos na plataforma relativos aos Acordos de Cooperação em vigor, a instituição deve comunicar ao Centro Distrital da Segurança Social para que este os corrija.

Nota final para o facto de as respostas sociais de Serviço de Apoio Domiciliário e LIJ/CAT não serem abrangidas pelo PROCOOP.

Como em qualquer alteração profunda de procedimentos, os primeiros tempos podem levantar algumas dúvidas. Nesse sentido, o ISS promoveu por todo o País sessões de esclarecimento sobre o PROCOOP – o SOLIDARIEDADE assistiu à da Guarda, para as instituições dos distritos de Castelo Branco, Viseu e Guarda -, que contaram com enorme adesão de dirigentes e técnicos das

Nesse sentido, o ISS vai ainda disponibilizar no site da Segurança Social um manual de apoio, FAQ (perguntas frequentes), qual a taxa de cobertura do País de todas as respostas sociais e ainda endereços de e-mail para esclarecimento de dúvidas.

S

RELATÓRIO OIT

Portugal é dos países onde mais caiu a proporção dos salários no rendimento nacional

Portugal foi um dos países em que a proporção dos salários no rendimento nacional mais diminuiu, passando de 60% do total do rendimento nacional em 2003 para os 52% em 2014, refere um relatório da OIT.

De acordo com o Relatório Global da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Salários, apresentado em Lisboa, Portugal foi um dos países em análise onde mais caiu a proporção dos salários no rendimento nacional, "com consequências sociais e económicas negativas".

"No domínio social, dissocia o crescimento económico do crescimento salarial, o que pode ser percecionado como injusto por um largo setor da sociedade, pondo em causa a coesão social", refere o documento.

Segundo relatório, no domínio económico, pode diminuir o crescimento económico.

"Isto porque a evidência empírica demonstra que, na maioria dos países, um aumento da proporção dos lucros no rendimento nacional não aumenta o investimento, mas diminui o consumo privado, uma vez que a propensão a consumir a partir dos salários é superior à propensão a consumir a partir dos lucros", acrescenta.

O relatório da OIT salienta que a tendência internacional é de queda da proporção dos salários no rendimento nacional.

De um total de 133 países analisados entre 1995 e 2014, esta proporção caiu em 91 países, manteve-se constante em 10 e aumentou apenas em 32.

Para a equipa de especialistas que participou na análise, a evolução da proporção dos salários no rendimento nacional explica-se através da interação entre as taxas de crescimento dos salários reais e da produtividade média do trabalho.

Se a taxa de crescimento média dos salários reais for superior à da produtividade, a proporção aumenta, se for igual, a proporção mantém-se constante e se for inferior, a proporção diminui.

A OIT explica, assim, a tendência global de queda desta proporção com a "divergência persistente entre a produtividade média do trabalho e os salários reais"

Para inverter esta trajetória, o relatório sugere

a cada país o reforço da regulação do mercado de trabalho, nomedamente através do reforço da contratação coletiva e do aumento do salário mínimo.

"A nível internacional, deve procurar-se aumentar a coordenação de políticas salariais, impedindo que vários países sigam estratégias de compressão salarial simultâneas cujos resultados são negativos para todos", defende o texto da OIT.

O reforço da contratação coletiva e o aumento do salário mínimo foram também considerados pela OIT como uma boa forma de reduzir as desigualdades salariais, que têm vindo a aumentar desde 1995.

Segundo o relatório, Portugal "é um dos países mais desiguais".

A desigualdade de rendimento resulta, no essencial, de uma conjugação entre desigualdade intraempresas e interempresas.

Para diminuir a desigualdade de rendimentos, o relatório propõe ainda "um sistema fiscal mais progressivo bem como um sistema de proteção social mais amplo e eficiente".





CENSOS SÉNIOR 2017

Há mais idosos a viverem sozinhos

A GNR sinalizou 45.516 idosos a viver sozinhos ou isolados em todo o país, mais 2.194 do que na operação «Censos Sénior» realizada em 2016, anunciou aquela força de segurança.

Dos 45.516 idosos identificados, 28.279 vivem sozinhos, 5.124 residem em locais isolados e 3.521 vivem sozinhos e isolados, adianta a Guarda Nacional Republicana em comunicado, que serviu para divulgar os resultados da operação «Censos Sénior 2017».

Os militares da GNR encontraram ainda 8.592 idosos que vivem acompanhados, mas que se encontram "em situação de vulnerabilidade fruto de limitações físicas ou psicológicas".

A corporação sublinha que as situações de "maior vulnerabilidade foram reportadas às entidades competentes, sobretudo de apoio social, no sentido de fazer o seu acompanhamento futuro".

A maioria dos idosos que vivem sozinhos ou isolados são mulheres, designadamente 30.172, enquanto 15.344 homens vivem nesta situação.

No âmbito da operação «Censos Sénior 2017», que se realizou em todo o País entre 1 e 31 de março, a GNR registou mais 2.194 idosos a viver sozinhos ou isolados do que em 2016, quando viviam nestas condições 43.322.

Realizada anualmente pela GNR desde 2011, a operação «Censos Sénior» tem como objetivo identificar a população idosa que vive sozinha e isolada, atualizar os registos das edições anteriores e identificar novas situações.



Desde 2011 que a GNR tem sinalizado cada vez mais idosos a viver nestas condições.

Em sete anos, o número de idosos sinalizados quase que triplicou, passando dos 15.596, em 2011, para os 45.516, em 2017.

Segundo a GNR, estes dados "não refletem um aumento do número de idosos a viverem nestas situações, mas sim o facto de os censos sénior se

constituírem como uma base de dados geográfica cada vez mais completa, potenciando assim um melhor apoio da GNR à população idosa".

A corporação refere igualmente que vai continuar, ao longo do ano, a acompanhar os idosos sinalizados, através de visitas regulares às suas residências, além de realizar mais ações de sensibilização e fazer uma avaliação da sua segurança.

INVESTIMENTO SOCIAL

Há 15 milhões de euros para apostar na capacitação

A ministra da Presidência e da Modernização Administrativa anunciou, no Porto, que Portugal dispõe de 15 milhões de euros para apoiar a primeira fase do ciclo de vida dos projetos de inovação social, financiando o desenvolvimento de competências para a sua implementação.

A ministra fez o anúncio, na Fundação de Serralves, na apresentação pública do instrumento Capacitação para o Investimento Social, com financiamento do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE) do Portugal 2020, no âmbito da iniciativa Portugal Inovação Social.

"É a primeira vez que a União Europeia usa fundos estruturais para financiar programas de inovação social. Estamos na situação de laboratório, todos estão a olhar para nós a ver se seremos ou não bem-sucedidos, e vamos ser", afirmou Maria Manuel Leitão Marques.

O instrumento de financiamento Capacitação para o Investimento Social pretende apoiar o reforço das capacidades organizativas e competências de gestão das equipas diretamente envolvidas em projetos de inovação e empreendedorismo social.

Dá resposta às necessidades de capacitação



específicas de cada projeto através da atribuição direta à sua entidade implementadora de um montante fixo não reembolsável, até ao montante máximo de 50 mil euros, para o financiamento do seu plano de capacitação.

Podem candidatar-se a este instrumento todos os projetos que estão já em funcionamento, à data da candidatura, desenvolvidos por entidades da Economia Social – IPSS, cooperativas, associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local e, por fim, entidades abrangidas pelos subsetores comunitário e autogestionário, integrados, nos termos da Constituição, no setor cooperativo e social.

"Imaginemos, por exemplo, uma associação que já esteja a desenvolver um projeto de reinserção social com reclusos através de produção de acessórios de moda que posteriormente coloca à venda. O programa poderá financiar ações de capacitação e de consultadoria que permitam desenvolver, por exemplo, um manual de imagem, um plano de marketing, um plano de gestão financeira para melhorar o controlo das despesas e aumentar as receitas ou um plano de angariação de financiamento para atrair investidores privados que queiram participar no crescimento deste negócio", explicou Maria Manuel Leitão Marques.

A primeira fase de candidaturas, com uma dotação de três milhões de euros, começou em março e decorre até 19 de junho, mas está prevista a abertura de mais candidaturas ainda este ano.

Os instrumentos de financiamento promovidos pela iniciativa Portugal Inovação Social visam apoiar os projetos que implementados nas regiões Norte, Centro e Alentejo (NUTS II).

A iniciativa pública Portugal Inovação Social foi criada em 2014 enquanto parte do processo de programação do Portugal 2020, com o objetivo de financiar, de forma integrada, ao longo de todo o período 2014-2020, Iniciativas de Inovação e Empreendedorismo Social (IIES).

ASSEMBLEIA GERAL DA CNIS

Confederação dá demonstração de força e de grande união

Reunida em Assembleia Geral que aprovou o Relatório do Programa de Ação e as Contas de 2016, a CNIS voltou a dar sinais de união e apoio à Direção. Esta, por seu turno, deu mostras de estar atenta e proactiva, revelando algumas das prioridades de ação. Para além das negociações em curso para o novo Protocolo de Cooperação com o Estado, a Direção está empenhada em defender mais ainda as IPSS dos ataques da Comunicação Social e quer elaborar um caderno de boas práticas para acabar com as "exorbitâncias" nas ações inspetivas da Segurança Social.

A CNIS reuniu em Assembleia Geral Ordinária, no passado dia 25 de março, no qual debateu e aprovou, sem qualquer voto contra, o Relatório do Programa de Ação e ainda as Contas relativos ao ano de 2016. Enquanto o primeiro documento recolheu 136 votos a favor e uma abstenção, já o segundo, cujo resultado líquido é de 288 euros, recebeu duas abstenções e 135 votos a favor, com a ação da Direção a ser alvo de um voto de louvor, proposto pelo Conselho Fiscal, aprovado por 133 instituições, tendo havido quatro abstenções. Mais uma vez largas maiorias a aprovar os documentos apresentados pela Direção, num claro sinal (leia-se, voto) de confiança naquele órgão.

Seguiu-se um momento de intervenções dos representantes das associadas de base, durante o qual dois temas, em especial, foram focados pelos intervenientes, casos do "ataque da Comunicação Social às instituições" e ainda a questão da eventual criação da Confederação das Organizações da Economia Social, que alguns pretendem fundar no I Congresso Nacional da Economia Social, a realizar em novembro do corrente ano.

No período de esclarecimentos à Assembleia, o presidente da Direção começou, precisamente, por estas duas questões, sublinhando a "solidariedade da CNIS para com as instituições de acolhimento, que estão na linha da frente do acolhimento aos refugiados menores não-acompanhados, que têm sido bombardeadas na Comunicação Social de forma soez".

Taxativamente, o padre Lino Maia dissese "horrorizado ao ver os Lares de Infância e Juventude (LIJ) serem considerados um negócio", refutando liminarmente a acusação.

Ainda neste âmbito, o líder da CNIS prestou a sua solidariedade para com a APPACDM de Vila Real/Sabrosa, a Cáritas de Lisboa e ainda a Obra do Calvário de Beire (Paredes), cujo ex-diretor, padre António Baptista (85 anos), foi condenado a dois anos e nove meses com pena suspensa.



"Na APPACDM de Vila Real, que é uma nobilíssima instituição, a funcionária não foi leal e é lamentável que haja editores que aproveitem intencionalmente estas situações para fazer negócio e ganharem audiências", asseverou o padre Lino Maia, prosseguindo: "O caso da Cáritas de Lisboa está, também ele, a ser tendenciosamente tratado".

Sobre o Calvário de Beire, "uma palavra de apreço para o bispo do Porto, que colocou a notícia no site da diocese, mas dizendo também quem é o padre em causa", disse, acrescentando: "Ele foi tudo na instituição e acolheu quem era rejeitado por todos os outros. Aliás, o Estado chegou a enviar para lá pessoas. Às vezes fazemos o bem mal, mas devemos fazer o bem bem".

De seguida, o padre Lino Maia dirigiu-se ao presentes exultando-os a permanecerem



alerta.

"Não podemos enfiar a cabeça na areia. Quando há um problema há que dar a cara, dizendo o que somos e o que fazemos e as Uniões Distritais têm aqui um papel importante, tal como a CNIS", sustentou.



Para o padre Lino Maia, "não é possível a CNIS fazer tudo", apelando "às Uniões Distritais que deem a cara" e prometendo uma Confederação proactiva: "A intenção da Direção é criar uma espécie de serviço permanente de informação pela positiva, para divulgar as boas práticas e as boas iniciativas das nossas instituições no sentido de contrariar esta situação".

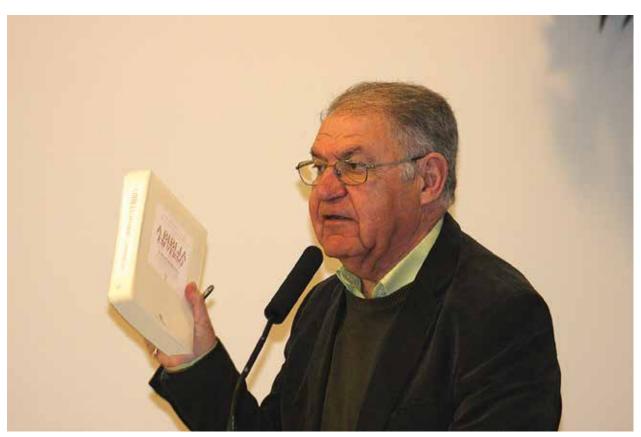
Quanto ao assunto levantado na sequência do «Em foco» da edição de março do SOLIDARIEDADE, intitulado "Confederar ou não, eis a questão", o líder da CNIS começou por sossegar os presentes, dizendo que uma eventual adesão necessitará sempre da "aprovação da Assembleia Geral", até porque "a Direção não tem competência para o fazer".

"Eu sei que o movimento está, de facto, em andamento acelerado, com passos em falso mas acelerado. Não imponho, mas mantenho a ideia que não é por sermos poucos e representarmos muito que isto é o melhor para nós", começou por dizer o líder da Direção, esclarecendo: "A Conta Satélite da Economia Social (ES) fala em cerca de 60 mil organizações e nós somos cerca de cinco mil, o que significa que somos 9%... Isto é, estamos para a Economia Social como está, por exemplo, a União das Misericórdias para a CNIS, que representa 10% das organizações que estão na CNIS, ou como está a União das Mutualidades para a União das Misericórdias. No entanto, estes poucos que somos nós representam cerca de 50% de toda a ES, cerca de 80% dos trabalhadores da ES e mais de 50% do PIB da ES. Mas não é por isso que não nos sentimos bem neste pacote da Economia Social, é porque somos uma realidade diferente. Uma cooperativa é uma espécie de condomínio fechado, os cooperantes cooperam em seu próprio beneficio, tal como uma mutualidade, mas nós somos um bairro social, existimos para os outros".

Para além deste aspeto diferenciador, o padre Lino Maia apontou ainda "uma outra característica que individualiza" o universo das IPSS: "Nós fazemos aquilo que o Estado tem que assegurar que seja feito e porque o Estado nem tem competência nem deve ser o primeiro ator, contrata connosco e nós o que fazemos é, de facto, serviço público".

Por isso, "meter tudo no mesmo saco é um pouco perigoso", sustentou o líder da CNIS recorrendo a uma imagem utilizada pelo primeiro-ministro António Costa para explicar o acordo entre os quatro partidos que dão suporte ao Governo para demonstrar o que pensa: "Disse ele que era um casamento moderno, em que cada um continua em sua casa. De facto, aqui é preferível que seja também um casamento moderno, porque passarmos todos para a mesma casa pode ser um bocado perigoso".

Assim, o presidente da CNIS considera que se deve "continuar a reflexão", alertando: "Sei que esta não é só a minha posição, que não conta para nada, posso tomar e tomo são as consequências, porque não estou na disposição de embarcar em algo sem sentido e sem rumo, mas não quero que apareçamos como os quezilentos, que porque são poucos e representam muito se põem de parte. Provavelmente, se



a procissão continuar na rua, seremos chamados a tomar uma posição e a vontade da maioria será respeitada. Agora, tomar a procissão nos ombros só toma quem quer".

Um outro tema que a Direção levou à Reunião Magna foi o das ações inspetivas. E a este propósito, o presidente lembrou as diversas sessões de informação às IPSS promovidas pela CNIS, tal como está em detalho no relatório do Programa de Ação de 2016, sublinhando a vertente preventiva da iniciativa.

"Nós sabemos que há casos em que são os agentes a maltratar os dirigentes e as instituições. Há casos graves e, como já disse algumas vezes, parece um Estado dentro de um Estado, um Estado sem escrutínio dentro de um Estado Social", acusou, ressalvando: "Nós não somos contra as inspeções, não temos nada a temer. Aliás, as inspeções se forem bem dirigidas, e não ciosamente à procura de sangue, até nos ajudam".

Nesse sentido, o objetivo da CNIS, "e é um grande programa para este ano", é fazer um levantamento "do que se tem passado, de bem e de mal, neste domínio".

Lembrando algo que já vinha inscrito no Protocolo de Cooperação de 2015, o padre Lino Maia revelou que a intenção da CNIS é "colaborar, não apenas na elaboração de um caderno de boas práticas das inspeções, mas também na elaboração de documentos legais para que as inspeções sejam o que devem ser".

E sublinhou que, após isso, "quem exorbitar terá que responder e não será por denúncia anónima, mas por exorbitar".

O presidente da CNIS solicitou a todas as IPSS que foram sujeitas a inspeções deem notícia disso e enviem os documentos das mesmas para os serviços da Confederação, frisando: "Não tenham medo de colaborar. Sei que há instituições que evitam falar disso porque algumas foram muito maltratadas. Não tenham medo, porque nós precisamos de fazer um levantamento sério do que está a ser feito e queremos, apesar de não termos poder



legislativo, colaborar com boas propostas para que, no futuro, as inspeções sejam aquilo que devem ser".

Outros temas foram abordados sem grandes desenvolvimentos por estarem diretamente ligados com questões ligadas às negociações do novo Protocolo de Cooperação com o Estado, mas, por exemplo, a propósito da distribuição de alimentos, o presidente da Direção revelou que "há questões que é preciso resolver, como o transporte de refrigerados, o armazenamento e a afetação de recursos humanos", numa altura em que o prazo de candidaturas termina a 3 de abril.

Nota ainda para a intervenção de Paulo Machado, presidente do CENSA – Centro Social de S. Brás do Samouco, que deu conta da recuperação da instituição, quando há três anos tinha ordem de fecho da Segurança Social e uma marcação cerrada da Autoridade Tributária e Aduaneira, que lhe vendeu a sede em hasta pública.

Recentemente, para celebrar o renascimento, a instituição do concelho de Alcochete promoveu uma cerimónia em que distinguiu a CNIS pelo apoio no período mais difícil da vida do CENSA, tendo Paulo Machado oferecido, na Assembleia Geral, a «Bíblia em Verso», da autoria do samouqueiro Manuel Monteiro da Costa.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)



PADRE JOSÉ MAIA jose.maia@cic.pt

Não há idade para trabalhar

Ora cá está uma boa notícia, que não tem de meter política, daquela política politiqueira: a idade não é obstáculo para encontrar trabalho!

As empresas de gestão e recursos humanos estão a contratar mais, embora para funções menos qualificadas, dando novas oportunidades de trabalho a pessoas com mais idade.

Quantas vezes ouvimos desabafos amargos de muita gente que sempre esteve empregada, mas que, em face da escassez de trabalho, se viu relegada para o "arquivo morto" dos centros de emprego, à espera de uma oportunidade de emprego que nunca mais chega!

Com efeito, a taxa de desemprego das pessoas com mais de 45 anos ficou abaixo dos 10% no ano passado. Desde o final da última década que isto não sucedia!

Curiosamente, o número de trabalhadores naquela faixa etária recuperou 3,2%! Na

linguagem dos economistas, esta percentagem significa uma **tendência** que começa a afirmarse, provando que há cada vez mais empregadores que não olham para a idade quando precisam de pessoas para trabalhar.

A verificar-se esta tendência, e a fazer fé nos dados de mais de uma empresa de recrutamento de pessoal, apetece perguntar: porque é que isto está a acontecer?

As razões serão várias e de diversa natureza. Por um lado, é referido que as empresas acabam por aproveitar a **experiência e a maturidade** do trabalhador e, por outro, é também um sintoma de alguma escassez de oferta de mãode-obra que vai começando a fazer-se sentir.

Com efeito, segundo os dados do INE, no último trimestre de 2016 havia mais 77 mil pessoas empregadas na faixa dos 45 aos 64 anos do que no período homólogo de 2015.



Logística, transporte, operações de produção, trabalhos de construção civil são algumas da áreas onde a procura de mão-de-obra está a crescer.

Se a tudo isto acrescentarmos a aposta que o Governo tem anunciado que quer fazer (e para já, tem sido só isto!) no domínio da qualificação de adultos, através do Programa QUALIFICA, poderemos estar em face de um "tempo novo de oportunidades" para pessoas com mais idade que, por esta via, poderão voltar a acreditar nos seus talentos como forma de realização pessoal e vivência de uma experiência de cidadania a que têm direito num país que ajudaram a construir!

ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA ajsilva@sapo.pt

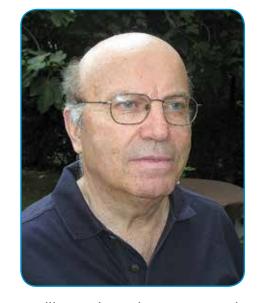
Carros e camiões: a nova arma do terrorismo

O recente atentado de Westminster veio confirmar a impossibilidade, de uma vitória definitiva no combate ao terrorismo. Os grandes responsáveis pela política mundial não se cansam de prometer aos cidadãos que esse triunfo está próximo, mas quando o fazem, logo surgem notícias da ocorrência de mais um atentado que vem desmentir esse optimismo. Foi o que aconteceu recentemente em Londres. Mesmo admitindo que as suas consequências não foram catastróficas, se comparadas com outras ocorrências do mesmo género, a opinião pública europeia reagiu com sinais de grande perturbação e receio, efeitos que, de momento, parecem constituir o primeiro objectivo dos ataques deste tipo.

Nos últimos tempos, e a nível militar, o Daesh foi sofrendo sucessivas derrotas, tendo perdido já o domínio geográfico de algumas áreas da Síria e do Iraque que, apesar de pequenas, lhe davam argumentos para reclamar para si, embora sem qualquer fundamento jurídico ou político, o nome

de Estado, e tudo indica que essas áreas de domínio geográfico vão encolher ainda mais, arriscando-se mesmo a desaparecer de todo. Apesar da militância e do fanatismo dos seus seguidores, aquele movimento radical não tem hipóteses de resistir militarmente ao poder da aliança internacional, que não obstante os muitos problemas que a sua criação teve de enfrentar, se formou contra ele.

Os líderes do chamado "estado islâmico" perceberam isso e tudo indica que já mudaram de estratégia. Convencidos de que uma vitória sobre o "inimigo" é impossível do ponto de vista militar, decidiram assumir-se apenas como movimento terrorista, que nunca deixou de ser, e para quem todos os meios são legítimos no combate aos infiéis, sobretudo do Ocidente. Nesta perspectiva mais redutora, decidiram utilizar novas armas neste combate, ou pelo menos juntar novas armas ao arsenal terrorista já conhecido. Uma dessas novas armas, de fácil acesso e aquisição,



passou a ser a utilização de camiões e automóveis para seus atentados. Foi assim na Alemanha, na França e agora em Londres. Prepara-se um voluntário para a tarefa, escolhe-se um veículo e o local mais adequado em termos impacto público e, depois, é carregar sobre a multidão. E contra esta nova arma não há muitas defesas.

Certamente que os responsáveis operacionais do Daesh não vão insistir sistematicamente nesta opção "motorizada" para os seus ataques. O recurso aos métodos tradicionais vão continuar. Mas o grupo tem operacionais suficientemente fanáticos e criativos para utilizar novas "armas". Este grupo e os restantes que mais ou menos mediaticamente continuam a semear a morte e o medo em várias regiões do mundo. O que justifica a afirmação de que uma vitória definitiva sobre o terrorismo é praticamente impossível.



HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde

Arado ou fresa

1 - Acabei por estes dias a poda da vinha – mais tarde do que é costume, já que o tempo livre foi curto e muitos sábados (dia que dedico à lavoura), ao longo deste ano, desmentiram o ditado: "não há sábado sem sol, nem domingo sem missa".

(Na verdade, nem uma coisa, nem outra: pouco sol aos sábados, pouca missa aos domingos.)

Os tempos estão dificeis para quem, como é o meu caso, tem esta ambição de juntar ao exercício diuturno e semanal da profissão uma espécie de vício benigno para o fim-de-semana, como é o caso da agricultura.

Como se sabe, nenhum lavrador que se preze deixa de produzir o seu próprio vinho, emblema maior do ciclo rural: desde o "erguer uma videira/como uma mãe que faz a trança à filha", como bem anotou Miguel Torga, até ao momento misterioso em que o mosto, pela fermentação, se transmuda na bebida dos deuses.

Durante muitos anos, o ritual associado ao processo de feitura do vinho não tinha particulares dificuldades: plantação, condução, poda, tratamentos, vindima, adega.

Mas, desde o ano passado, o Governo resolveu dificultar os procedimentos, obrigando-me a possuir uma espécie de alvará para poder sulfatar as videiras, alvará só emitido após frequentar um curso de formação profissional a preceito, o mesmo se exigindo para a simples compra na cooperativa dos produtos para os tratamentos.

Assim, ao prejuízo que todos os anos suporto alegremente com este vício, resolveu o Governo agravar-me os custos e dificultar-me a vida com esta bizarria.

Presumo que sejam exigências europeias, que, no que respeita à agricultura, regulam minuciosamente todos os nossos passos, desde o calibre dos tomates à especialidade das castas, desde os produtos fito-sanitários aos limites de produção por hectare

Ao contrário da generalidade dos lavradores, porém, não insisto com os meus amigos na ideia de que o vinho que produzo é o melhor do mundo – até porque não é, de facto.

Por tal razão, não deixo de, todos os anos, ir comprando, para conhecê-los e bebê-los, outros vinhos, novos ou antigos, assim ficando com uma ciência mais diversa do que se mantivesse uma fidelidade estrita à minha própria produção.

E, já que vou mantendo o hábito de, todos os anos, pelo Verão, ir passar férias à Galiza, não deixo para outros o prazer de tomar assento numa esplanada junto ao mar, acompanhando com o albariño um prato de percebes, de manchego ou de jámon ibérico.

Gasto, assim, muito dinheiro em vinho: a maior parte, no prejuízo que tenho com o vinho que produzo e não bebo; mas também com as compras que faço, já que tenho como regra variar no que se pode.

2 – Suponho que estarei, por essa única razão de gastar dinheiro em vinho, na mira de Jeroen Dijsselbloem e na sua diatribe contra as tribos do sul da Europa.

Mas, com este sol, esta luz mediterrânica e este mar que nos percorre o corpo e a alma, de Finisterra, a norte, à Ponta de Sagres, a sul, quem poderá levar a mal que prefiramos o esplendor solar de uma esplanada à beira-mar aos corredores cinzentos e burocráticos de Bruxelas ou de Frankfurt?

Nem por isso alguma vez pedi dinheiro emprestado, a não ser para comprar o andar onde moro, que todavia paguei no prazo.

Mas isso não impediu Jeroen Dijsselbloem e os seus sócios de me apresentarem na mesma a conta dos empréstimos, que todavia não pedi, nem recebi

Na verdade, não é só no tamanho das maçãs, ou dos tomates, ou no número autorizado de folhas de couve, que as ordens de Bruxelas nos comandam; nem nas licenças para o tratamento da vinha, ou nas castas autorizadas.

Pelo que percebi, foram os nossos parceiros da União Europeia que nos obrigaram a vender o Novo Banco, à pressa.

(Nem sei se se pode chamar venda àquilo, já que não houve preço!)

Parece que, entre fundo de resolução e garantias, andaremos por cerca de 8.000 milhões de euros de perdas públicas com a operação.

Ficou-me, a mim, por cerca de 8.000 euros – e ficou o mesmo custo a cada português.

3 – A venda a patacos do Novo Banco veio apenas continuar o percurso de boa parte da banca nacional, desde o BPN – cuja nacionalização Teixeira dos Santos nos assegurou não custar um cêntimo aos contribuintes – ao BPP, desde o BANIF



ao Novo Banco – sobre o qual nos dizem agora o mesmo que Teixeira dos Santos dissera há uns anos.

Claro que a divulgação de elementos dos processos judiciais que vão correndo ou estagiando nos tribunais, relativos aos rombos sofridos nesses bancos, merece censura.

Mas, por outro lado, essa devassa permite-nos confirmar o particular conúbio entre a alta (ou baixa) finança e os partidos do até há pouco chamado arco da governação - quer dizer, CDS, PSD e PS – e monitorizar a transumância entre ex-governantes e seus acólitos e as empresas que lhes servem de recuo.

Com predominância de uns partidos nuns casos; dos outros, noutros casos.

Aqui, nestas crónicas, saudei várias vezes a higiene política que o abandono da ideia anti-democrática do "arco da governação" significava, pela redução das soluções de governo.

Mas essa maioria – CDS, PSD e PS -, conquanto estilhaçada pela geringonça no plano do governo, continua viva no plano dos interesses.

E agora o Montepio?

PCP e BE permitirão que os recursos para combater a pobreza – como são os da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – sejam postos ao serviço da especulação financeira?

Virão a coincidir o arco da governação e o arco europeu?

O arado lavra em profundidade; a fresa, só à superficie!





CONSIGNAÇÃO DE IRS

Doar não custa e nem sequer tem encargos para o contribuinte

O dia 1 de abril marcou, este ano, o arranque do período único de entrega das declarações de IRS, que termina a 31 de maio. Esta é uma altura em que a população pode ajudar um pouco mais as IPSS, doando 0,5% do seu IRS pago ao Estado sem qualquer encargo para o contribuinte. Década e meia depois, a proatividade das instituições na captação deste benefício junto do contribuinte, também mais esclarecido, tem feito crescer o montante entregue às IPSS.

Em 2017 há um período único para preencher e entregar as declarações de IRS – Imposto sobre o Rendimento das pessoas Singulares, sendo que muitos dos contribuintes apenas necessitam de as validar, uma vez que já terão a declaração (automaticamente) preenchida pelos serviços da Autoridade Tributária e Aduaneira. Estavam nesta situação os pensionistas, já desde o ano passado, mas este ano juntam-se-lhes os trabalhadores por conta de outrem.

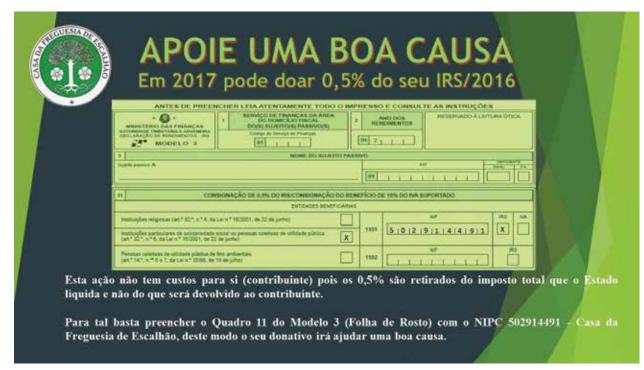
Ora bem, com a publicação da Lei n.º 16/2001, de 22 de Junho, que regula a Liberdade Religiosa em Portugal, o contribuinte pode consignar parte da massa coletada pelo Estado (0,5%) em sede de IRS a instituições religiosas (Artigo 32°, n.º 4) ou a "uma pessoa coletiva de utilidade pública de fins de beneficência ou de assistência ou humanitários ou de uma instituição particular de solidariedade social" (Artigo 32°, n.º 6).

Assim, desde que preencham os requisitos necessários e não tenham dívidas ao Estado ou execuções fiscais em curso, associações humanitárias de bombeiros voluntários, misericórdias, centros paroquiais, cooperativas, casas do povo, associações de reformados, associações de apoio a vítimas de doenças e associações de solidariedade social podem candidatar-se a este beneficio fiscal, sem que o contribuinte sai lesado no valor a que tiver direito a ser ressarcido pelo Estado.

Uma alteração ao Orçamento Geral do Estado em 2016, promovida na Assembleia da República, consagrou que a partir de 2017 também as pessoas coletivas públicas que desempenhem atividades culturais possam usufruir deste beneficio fiscal, juntando-se, assim, às instituições religiosas, às pessoas coletivas de utilidade pública da área da beneficência ou assistência humanitária e às IPSS.

E se inicialmente este beneficio era pouco significativo para as entidades que o recebiam, com o correr dos anos e algumas alterações legislativas, a situação tem vindo a evoluir de uma forma muito favorável, tendo crescido em número de contribuintes que consignam, de entidades que beneficiam e do montante consignado.

A este crescimento não é alheia a alteração legislativa que permitiu a publicação da lista de entidades candidatas, que até 2010 era considerada pelas Finanças "matéria sujeita a sigilo fiscal", o que toldava em muito o conhecimento do



contribuinte sobre que entidades eram elegíveis para receber o beneficio fiscal.

Por outro lado, a impossibilidade de as IPSS poderem ser restituídas do IVA, a 100%, de obras no imobilizado e de viaturas (uma de quatro em quatro anos), também afastou muitas entidades deste beneficio fiscal, pois não era permitido acumular os dois beneficios.

Porém, esta situação foi alterada em 2009, passando a ser possível, a partir de 2010, as IPSS beneficiarem da consignação de 0,5% de IRS e ainda da restituição do IVA, agora, a 50%, das obras nos equipamentos e dos bens alimentares.

Nesta altura houve ainda uma outra alteração que potenciou igualmente a adesão das instituições a este beneficio fiscal, que foi o fim da renovação da candidatura, que era necessário fazer todos os anos, terminando também a obrigatoriedade de as entidades beneficiadas terem que comunicar às Finanças o destino da verba recebida.

Neste particular, refira-se que a maioria das instituições integra os montantes recebidos no orçamento geral. Sabe-se que os recursos financeiros das IPSS são escassos, pelo que qualquer adicional é sempre bem-vindo,



servindo para colmatar faltas e para fazer alguns investimentos.

Por exemplo, no caso da Associação A2000, de Santa Marta de Penaguião, que trabalha na área da formação de pessoas com deficiência ou incapacidade, as verbas integram o orçamento geral da instituição, mas serve essencialmente para saldar encargos bancários, "porque a Associação trabalha a 95% com financiamento do Portugal 2020 e os pagamentos chegam sempre muito atrasados, pelo que é necessário recorrer à banca para manter a instituição a funcionar", diz António Ribeiro, presidente da A2000, revelando que atualmente a instituição é credora do Estado em 400 mil euros.

Mas, de facto, com as alterações legislativas





e uma maior divulgação da possibilidade que o contribuinte tem de doar parte do imposto que pagou, sem qualquer prejuízo para o próprio, o crescimento desta realidade tem sido exponencial.

E basta olhar para os números. Quando em 2004 eram apenas oito as entidades candidatas, em 2017 são já 3.481, sendo que aqui não é alheia a entrada das instituições culturais, se bem que ainda pouco significativas.

E este número tem vindo a crescer ao longo dos anos de forma expressiva: em 2009 eram 77; em 2010, 108; em 2011, pouco mais de 900; em 2012, 986; em 2013, 1.700; em 2014, 2.045; em 2015, 2.612; e em 2016 eram 2.971.

Por outro lado, em 2010, 100.194 contribuintes doaram 3,52 milhões de euros, valor que quase duplicou em 2011, com 199.803 contribuintes a consignarem 6,67 milhões de euros.

Apesar do período de forte crise económica em Portugal, a população não deixou de doar os 0,5% de IRS, mas o crescimento verificado nos primeiros anos abrandou.

Assim, em 2012 foram consignados pouco mais de sete milhões de euros, que no ano seguinte cresceu cerca de dois milhões (um pouco mais de nove milhões de euros no total), sofrendo um novo incremento em 2014, com a consignação a atingir 12,7 milhões de euros, registando, em 2015, um crescimento de apenas 48 mil euros face ao ano anterior.

A crise toca a todos e sabe-se que durante os tempos da Troika em Portugal o rendimento das famílias diminuiu imenso, o que acabou por se refletir também no volume de impostos, apesar do "brutal aumento de impostos" anteriormente anunciado.

Mesmo assim, entre 2011 e 2014, as famílias portuguesas consignaram mais de 35 milhões de euros às entidades candidatas, nem todas IPSS.

Note-se ainda que, em 2004, apenas 11.000 contribuintes consignaram o seu IRS, número que, em 2012, subiu para 233.000, para, em 2014, já serem 412.000.

Isto deve-se também em grande medida à forte e intensa divulgação que as instituições têm feito junto da população, em geral, e dos seus utentes e familiares, em particular, e da melhor perceção que estes têm sobre a matéria, constatando que dar não custa e nem tampouco lhes sai do bolso.

As IPSS associadas da CNIS têm feito este caminho e há excelentes exemplos de que a aposta nesta forma de angariação de fundos dá frutos. Por isso, são muitas as que são candidatas a este beneficio fiscal, para o qual é necessário estar elegível (o período de inscrição este ano foi excecionalmente até 31 de janeiro de 2017, mas habitualmente termina a 30 de setembro





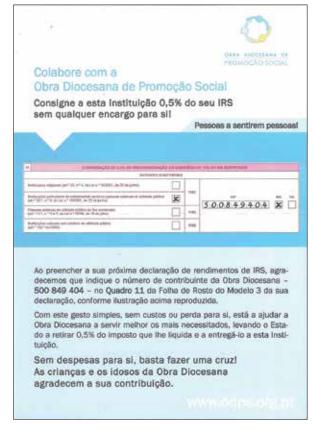
do ano a que diz respeito o imposto).

E há algumas conseguem angariar montantes com algum significado, mas mesmo as que apenas conseguem valores simbólicos relevam a sua importância, pois sabe-se que a escassez de recursos financeiros é transversal a todas as IPSS.

De qualquer das formas, à semelhança do todo nacional, também as associadas da CNIS têm, na maioria dos casos, visto os montantes consignados crescer de ano para ano, apesar dos tempos de crise, conseguindo algumas delas duplicar os valores recebidos.

Importante é, depois de se constituírem como entidades candidatas, fazerem um bom trabalho de divulgação, pois só dessa forma poderão chegar às pessoas.

A estas convém explicar bem que, atualmente, há dois tipos de consignação, uma sem



encargos e outra a cargo do contribuinte.

A que não tem qualquer custo para o contribuinte, e mais antiga, é a consignação de 0,5% do IRS pago a uma entidade terceira, pois trata-se de uma simples reafectação do dinheiro que, em vez de ficar nos cofres do Estado, vai para a conta da entidade candidata escolhida pelo contribuinte.

Por outro lado, desde 2014, o contribuinte pode reencaminhar 15% do IVA gasto em restaurantes, mecânicos, cabeleireiros e hotéis, doando o valor à entidade selecionada por ele. No entanto, neste caso o contribuinte prescinde da dedução à coleta a seu favor.

PEDRO VASCO OLIVEIRA

COMO CONSIGNAR

Consignar os 0,5% do IRS a uma IPSS não custa nada e não dá trabalho (quase) nenhum.

Aquando do preenchimento da declaração de IRS, o contribuinte deve selecionar a opção de doação no Quadro 11, da folha de rosto do Modelo 3, e inscrever o NIF da instituição a que pretende consignar os 0,5% do IRS.

Se a instituição que pretende beneficiar não divulgou que é entidade candidata e o respetivo NIF, o contribuinte pode sempre consultar, no Portal das Finanças, a listagem das entidades candidatas.

Para os casos em que a declaração está pré-preenchida pelas Finanças, que são os dos pensionistas e dos trabalhadores por conta de outrem, aquando da conveniente validação da mesma no Portal das Finanças, o contribuinte deve, manualmente, selecionar a opção de consignação (IRS e/ou IVA) e colocar o NIF da entidade a que pretende doar.

Note-se, que a não validação por parte do contribuinte da declaração no Portal das Finanças até 31 de maio, ela é automaticamente validada.

TRIVALOR SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA IPSS



O Grupo Trivalor, composto por 20 empresas, está vocacionado para fazer o melhor pela sua IPSS.

Melhore a qualidade dos seus serviços, reduza e controle os seus custos recorrendo ao nosso vasto leque de soluções.

RESTAURAÇÃO SOCIAL E PÚBLICA . EMISSÃO DE TICKETS DE SERVIÇO . SEGURANÇA. LIMPEZAS . MANUTENÇÃO VENDING. FORNECIMENTO DE BENS ALIMENTARES E NÃO ALIMENTARES. GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS

















STRONG Alvará. 41 A - 14121999 . 41 C - 14121999 . 41 D - 23.09.2003

www.trivalor.pt

AV INFANTE SANTO, 21 A - 1950-177 LISBOA TELEF, 21 042 00 05 / 21 042 06 08 FAX: 21 042 00 98 / 21 424 94 68 E-MAL, TRIVALOR®TRIVALORPT







VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

APAV denuncia banalização do uso das casas de abrigo

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) denunciou a banalização do uso das casas abrigo para vítimas de violência doméstica, que passaram a ser usadas como "espécie de depósito" para situações mais complicadas.

Em entrevista à agência Lusa, por ocasião dos 10 anos da criação da casa de abrigo ALCIPE, que acolhe mulheres vítimas de violência doméstica, Daniel Cotrim, assessor técnico da direção, faz um balanço positivo do trabalho feito, onde o maior desafio é conseguir a autonomização das mulheres.

De acordo com Daniel Cotrim, a resposta de acolhimento casa de abrigo "passou a ser muito uma resposta social", em que "muitas vezes" se fazem triagens "apressadamente" de situações encaminhadas para casas de abrigo que depois as equipas técnicas percebem que não deviam ter sido para ali destinadas.

"Tem-se banalizado o uso da casa de abrigo e na APAV achamos, inclusivamente, que o número de casas de abrigo é suficiente para a realidade nacional", apontou.

Para Daniel Cotrim, é preciso que as outras medidas de proteção das vítimas e de coação

dos agressores funcionem.

"Não se pode continuar a recorrer às casas de abrigo como uma espécie de depósito para colocar situações que não se sabe muito bem o que fazer com elas. Se achamos que um individuo é perigoso, que pode matar aquela mulher, não vale a pena enviá-la para uma casa de abrigo, mas que se prenda preventivamente aquele homem", defendeu.

Questionou, por isso, que se opte por "fazer uma mulher perder o emprego, sair da sua casa, quebrar as relações afetivas e emocionais com o sítio onde está, os seus filhos terem de abandonar a escola e terem de recomeçar tudo do zero, num sítio onde não conhecem, quando muitas vezes, se calhar, a aplicação correta e imediata de medidas de proteção e de coação poderiam ser o suficiente".

Lembrou, por outro lado, que as casas de abrigo servem para proteger do risco, mas que muitas vezes quando as mulheres se autonomizam da casa de abrigo, "a situação de risco ainda não está resolvida e o processo-crime ainda decorre", o que "encerra em si mesmo algo perverso e paradoxal".

Especificamente no que diz respeito ao trabalho feito nas casas de abrigo, e numa espécie de reflexão para o futuro, Daniel Cotrim defendeu a necessidade de um plano nacional, coerente, para trabalhar com as crianças em meio institucional como as casas de abrigo, "que são muito diferentes de outro tipo de centros de acolhimento".

"Achamos que é fundamental haver um plano estratégico para trabalhar com estas crianças e com estes jovens. Não nos podemos esquecer que eles podem ser transmissores intrageracionais ou transgeracionais da própria violência", alertou, considerando necessário evitar que as crianças e jovens que acompanham as mães para as casas de abrigo não se tornem no futuro vítimas ou agressores.

Por outro lado, defendeu que é necessário começar a trabalhar questões "tão fundamentais" como a certificação da qualidade deste tipo de equipamentos, apontando que não basta analisar o equipamento do ponto de vista físico, mas também certificar a qualidade do que é feito e dos procedimentos que são desenvolvidos nas casas de abrigo.



9° SEMINÁRIO FUNDRAISING

Para conhecer a melhor receita para angariar fundos

É já no dia 21 de Abril que, a Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, acolhe o 9º Seminário Fundraising, da Call to Action, o mais importante evento sobre angariação de fundos em Portugal.

Este ano, a organização decidiu fazer uma divulgação mais apelativa, promovendo o evento com uma metáfora saborosa.

«Para fazer um bom bolo de chocolate deve seguir algumas dicas e ter os melhores ingredientes: 6 ovos, 150g de farinha, 250 g de manteiga e 250g de bom chocolate (...). E então qual a nova receita para o fundraising? 200g de Storytelling / 500g de Estratégia / 1kg de Envolvimento / 750g de Avaliação de Impacto / igual medida de Filantropia / 275g de Empresas Parceiras / 275g de Telemarketing / 275g de online / uma pitada de «pedido» e, no final, polvilhe com amigos».

Com esta metáfora, a Call to Action pretende vincar que, tal como na confecção de um bolo, também o fundraising requer um conjunto de ingredientes para ser bem-sucedido.

"Ao longo dos nossos 10 anos de experiência em consultoria em fundraising, o que mais nos apercebemos que falta, na maioria das organizações não-lucrativas, é assumirem que para terem sucesso numa boa estratégia de fundraising é fundamental terem todos os «ingredientes». E, sempre que falta um que seja fundamental, os resultados são sempre muito abaixo do que poderiam ser. Um dos ingredientes fundamentais é ter um angariador, que se ocupe só do fundraising, e um outro que todos não gostam é «pedir». Sabemos que para darmos um donativo é preciso que nos peçam e, por isso, para quem precisa de receber é preciso pedir. E é nisso que queremos apostar. Por isso, criámos um programa com os temas mais fundamentais, que são os ingredientes base do fundraising de hoje", explica, ao SOLIDARIEDADE, Madalena da Cunha, da Call to Action.

Apesar das fases de um processo de fundraising estarem bem definidas, a organização, para esta nona edição, aposta numa "visão e aborda-

"Para isso selecionámos tanto casos portugueses de sucesso, como internacionais. Todos sabemos que para aprendermos e nos inspirarmos, as histórias dos outros são fundamentais", começa por revelar Madalena da Cunha, acrescentando: "Mas também há temas novos que trazemos pela primeira vez, como o criar parcerias com as empresas duradouras e que permitam angariar muitos fundos, assim como a «receita» para desenvolvermos a filantropia em Portugal. Com este tema da filantropia vamos inspirar todos os participantes de como podem identificar mais doadores. Também o tema trazido por uma fundação da Eslovénia será muito interessante, não só pela perspetiva de ser uma fundação, como também as técnicas utilizadas e estratégia para captar doacões de grande valor. Por último, vamos ainda mostrar casos de campanhas digitais em Portugal que demostram como há muita coisa ao alcance de todos, mas que é preciso planear e ter estratégia para que uma campanha de fundraising tenha sucesso".

Algo também inovador no programa desta edição é a avaliação de impacto, algo que só agora começa a ter relevância em Portugal, mas que é essencial para fidelizar os doadores.

"A avaliação de impacto irá ser abordada em várias intervenções, mas é no painel de «Como desenvolver a filantropia em Portugal» que iremos falar mais disso. Teremos sempre o cuidado de conseguir transmitir que avaliação e impacto

tem várias interpretações, que nos outros países às vezes a utilização é diferente, mas que é um tema que todos têm que considerar. Ou seja, é mais um «ingrediente» para o sucesso no fundraising a médio e longo prazo".

Este ano a estrela do seminário é Simone Joyaux, convidada para «keynote speaker».

"A Simone é uma inspiradora da Call to Action há uns anos, pois tem uma experiência perfeitamente extraordinária. Mas mais do que tudo, é uma pessoa muito inspiradora, muito dinâmica e divertida. E isso é sempre para nós um «ingrediente» fundamental nos nossos seminários", justifica a escolha Madalena da Cunha, que acrescenta ser objetivo da Call to Action "trazer os melhores a Portugal".

Depois de oito edições a acumular êxitos e a ganhar fama como o melhor evento de fundraising nacional, a expectativa da Call to Action para este 9° Seminário "é que seja um sucesso".

"No arranque deste ano fizemos uma avaliação do impacto do nosso seminário junto dos nossos participantes e os resultados foram impressionantes, em termos do que as pessoas aprenderam e puderam aplicar nos seus casos, em termos da atratividade dos temas e dos oradores e em termos globais de satisfação de participação no evento. Sabemos hoje que todos querem voltar e não perder o próximo. E o que queremos é dar o melhor dia à volta do fundraising para aplicar à prática logo no dia a seguir".

As inscrições estão abertas e podem ser feitas através do sítio na internet da Call to Action, em http://calltoaction.pt/servicos/formacao/





DAR UMA RAZÃO PARA APOIAR

Simone P. Joyaux (Joyaux Associates)

Esto sessão vel explorer a importância de técnica do starytelling - contar histórias - nos comunicações com os doaderes e como o fato de mudarmos apenas efiguras palavras pode facer todo a diferença na taxa de resposta de uma campanha.

Val ainda poder conhecer a alegría que as pessoas podem experimentar como consequência do " ciar".

CASOS DE SUCESSO

) Associação Acreditar: fundraising para construir a casa do Porto

L) Associação Acreditar: fundratising para constituir a casa do Porte Margarida Cruz (Acreditar)

Venha saber qual foi a estratégia de angariação de fundos para a construção da nova casa Acreditar no Porto. De onde partiu, que ebordagena, quais as ações e os sucessos e insucessos deste caminho. Um excelente caso que demostra que o fundratising é tembém um verdadeiro trabalho de formiguinhat.

NSPCC: como conquisteram percertes com empresas para vários anos e de vários milhões

Ben Swart (National Society for the Prevention of Cruelty to Children)

Nesta sesão interativa, através da sua experiência numa das maiores parcerias corporativas duma Organização Não Lucrativa no Reino Unido (O2 Tetefonica e NSPCC), Ben Swart Irá ajudá-lo a:

- encontrar as partes da sua Organização mais propensas a conquistar percerios duradouras que respondam às suas necessidades.
- criar estrategicamente a sua ŝaŝa de potenciais perceiros, garanŝir reuniões importantes para influenciar as principais partes interessadas e ajudar a oprivencer a sua Organização do valor dos parceiros corporativos.
- ter uma nova visão sobre o elevado potencial de angariação de fuedos jun-to de empresas, utilizando técnicas testadas por várias Organizações no desenvolvimento de parcerias perfeitos.

PODE A FILANTROPIA CRESCER EM PORTUGAL? COMO?

none Joyaux (Joyaux Associates), Ana Koes undation), Sofie Villax (Hovione S.A.)

rounapatices, sons vines (province s.A.) A filantropia está a crescer na Europa, com efeitos imediatos na sus lidade financeira das Organizações nilio-luccativas. Será que é uma oportunidade em Portugal?

Como se passa lá fora? E qual a diferença entre um porticular e uma empre nas molivações para fazer um donativo? É uma decisão racional ou emocio É qual o papel do fundraising no crescimento da filantrepia? É o começo eu o fim? Nesta sessão, iremos ter um debate com a participação de oradores com diferentes perfis que nos irão dar as grandes orientações para o crescimento da filantropia em Portugal.

Desenvolver relações usando storytelling: converter a paixão em parcerias (com empresas, outras Organizações e/ou individuos)

Ana Koeshall (Ana and Vlade Divac Foundation)

Trebalhamos para a nouvisee bruse Foundation)
Trebalhamos para a nouse cause porque ela reflete a paixão que temos em
ser uma parte da mudança neste mundo.
È esta mesma paixão que inspiro individuos, empresas e ou-tras partes
interessadas a dar. Os pontos comuns podem ser encontrados rus histórias
que comunicam a paixão pelas causas e ao mesmo tempo servem como baspara construir relacionamentos com cutras pessoas, quer sejam filantropos
individuals ou empresas.

- Estratégias para o desenvolvimento de relações no setor privado.

Como treinar os membros da Direção a pedir cara-a-cara

SESSÕES PARALELAS

Como utilizar as ferramentas digitais para ter Alumni compremetidos e apolar o Fundralsing - melhores práticas e erros comuns

Magnus Bratt (MIRA Network)

- Como conseguimos transformer Alumni descornor ometidos em apolantes que querem dar de veita à nossa Universidade/Escola?

- O que é que funcione, erros a evitar e o que tado o que podemos atingir com a utilização das novas tecnologias.
- A importância de ter um software de CRM, ferramentas específicas para as relações com os Alumni e para o fundraising, social media, Microsoft Excell.
- into é que tudo listo pode custar. Dicas práticas de como começar com recursos limitados.

Esta sessão será inspirada em casos práticos na área da educação, mas é totalmente adecuada às IPSS e outras Organizações-não lucrativas que trabalham com doadores.

Sandra Martins e Jorge Ramos (ACAPO), Joana Martins (Amnistia Internacional Portugal)

Internacional Portugal)

Dols casos reals de como o recurso ao telemantefing criou a diferença na gestão da relação com os associados e deadores, na sua satisfação e consequente fidelização. Atuelmente o telemantefing deve ser uma ferramenta do dise-a-dia para geria a relação com guera apoia a Organização, e é ama das formas máis eficaces de também identificar aqueles que podem e querem dar donativos maiores. Aqui iná aprender o efeito nos resultados de fundrásing de uma simples conversa ao telebone, o impacto que cria na pessoa com quem fala, e o resultado final de maior envolvimento com a sue causa.

Tiago Duarte (Associação Salvador) e Paula Brito Medori (Museu Nacional de Arte Antiga)

(Museu Nacional de Arte Antiga)

A comunicação digital pão-nos na boca do mundo, mestra em cada minuto a nossa causa, o nosso projeto, as nossas crençes, lutas e ventades. Pode ser espelho diaguilo que move a sua organização e properciona-nos as ferramentos que podem provocar mais impacto e motivação pará faser em donátivo. Nesta sessão a "Associação Salvedor o Museu Nacional de Arte Artiliga (com a campanha "Vamos pôr o Sequeira no lugar certo") mostracomo crisara e deservolveram campanhas de sucesso, quais os desafíos que tiveram, quais os insucessos «...aquilo em que deveriam ter pensado e incluído na estratégie. No final, terá ocesso às 90 dicas pere potenciar o fundraising cem o digital.

21 ABRIL 2017 - 960 - 17:00 - Fundação Calouste Guib



José Figueiredo Economista

Banco Mau -Uma boa Ideia?

O atual governo tem tomado uma série de medidas para reforçar a solidez do sistema financeiro.

Contudo, mesmo após a resolução do BANIF, a recapitalização da Caixa (esperemos que corra bem) e a recomposição acionista do BPI, a situação do sistema financeiro é tudo menos estável.

Há receios fundados sobre a solidez de algumas instituições e, embora se tenha encontrado uma solução para o Novo Banco, instituição que herdou parte do balanço do ex-BES no respetivo processo de resolução, a mesma não está isenta de riscos e incertezas quanto ao futuro.

O governo tem abordado o tema do "banco mau" como parte da solução para o problema global do sistema.

O "banco mau" é uma sociedade que compra ativos (créditos, nomeadamente) de qualidade duvidosa a instituições financeiras e que depois procura fazer lucros gerindo esses ativos. Gerir pode aqui significar muitas coisas, por exemplo, revender com margem os ativos comprados, reestruturar os créditos com os devedores, esperar pela maturidade, etc.. A essas sociedades também se chama por vezes Asset Management Companies (AMC).

A questão coloca-se porque o sistema financeiro português acumulou uma quantidade de créditos de má qualidade (Non Performing Loans – NPL) muito acima da média europeia.

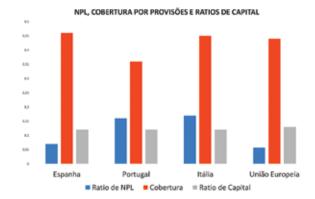
De uma forma muito genérica podemos dizer que um crédito é NPL quando o seu pagamento está atrasado 90 dias.

O ratio médio NPL/Crédito Total da União Europeia (UE) é de 5,6% enquanto em Portugal é de 16%

Naturalmente que este indicador por si só diznos relativamente pouco. Não haveria problema se os NPL fossem muito elevados mas estivessem, por exemplo, cobertos por provisões (o banco já pôs o dinheiro de lado, mesmo que o crédito venha a valer zero não afeta a situação líquida) ou se, mesmo na ausência de provisões, existisse um colateral de garantia (um prédio, por exemplo) de valor igual ou superior ao do crédito duvidoso.

E, ainda que na ausência de provisões ou de colaterais de qualidade, os NPL podem não ser um problema dramático se o banco tiver muito capital, o bastante para suportar as perdas nos NPL e continuar com uma posição de capital confortável.

Mas isso é algo que está longe de acontecer com o sistema português.



Portugal tem um dos maiores ratios de NPL da UE, um ratio de cobertura por provisões que está longe de ser brilhante e ratios de capital que compararam relativamente mal com os parceiros europeus.

Advirto-vos que devemos entender esta informação da European Banking Authority "cum grano salis". As comparações internacionais nesta matéria são tudo menos transparentes mas a dilucidação deste tema levar-nos-ia para domínios demasiado técnicos. Por outro lado, por mais tempero que coloquemos, a conclusão será sempre a mesma: o nosso sistema financeiro está mal, ponto.

É aqui que entra a questão: será que o "banco mau" é uma boa ideia? Será que é a solução indicada para o problema da "limpeza" do sistema financeiro?

Aqui, como em todo o lado, convém sempre partirmos do princípio básico de toda a boa economia: não há almoços grátis.

Se um banco tem um crédito de 100 que não consegue receber, se tem provisões de 40 e não tem colateral, há uma perda futura de 60 para fazer e ela é a mesma no banco ou na AMC se para lá for enviada.

Naturalmente que no mundo real as coisas não são assim tão líquidas. Muitas vezes trata-se créditos sobre os quais existe uma probabilidade de cobrança que não é zero mas é de definição imprecisa, existem colaterais cujo valor também não é fácil de estabelecer e existem provisões parciais.

Se existisse um mercado ativo para a compra e venda de NPL, com muitas AMC a comprar e a vender e vários bancos a vender e a comprar, a vida estaria muito facilitada. Seria relativamente fácil estabelecer valores de mercado para os NPL e seria relativamente fácil para cada banco livrar-se dos NPL, eventualmente com perdas que teria de compensar com capital existente ou, se não fosse suficiente, com capital novo levantado no mercado. Se nenhuma solução se apresentasse possível o banco teria de ser resolvido.

Mas este mundo transparente de um mercado ativo e fiável de NPL simplesmente não existe, sobretudo existe menos nas geografias onde seria mais útil, nomeadamente em Portugal ou em Itália.

É aqui que o banco mau pode ser uma boa ideia.

Um outro princípio da boa economia é que devemos deixar aos mercados tudo o que eles podem fazer de forma eficiente. Este princípio tem um outro complementar que por vezes os liberais de trazer por casa esquecem: é que o estado pode e deve intervir quando isso não acontece, quando há falhas de mercado.

As falhas de mercado são várias sendo que algumas delas são transversais enquanto outras são específicas de certos países.

Por exemplo Portugal e Itália têm um problema comum que resulta do funcionamento deficiente dos sistemas de justiça e, em particular, dos sistemas falimentares. Tenho dificuldade em perceber



como possa alguém estar interessado em comprar NPL em Portugal quando um processo de falência pode levar anos, muitos anos a fechar.

Entre as que são mais ou menos comuns no espaço europeu salientaria duas: a)- informação assimétrica, isto é, não existe informação fiável e comparável sobre os NPL, colaterais, etc., e sem isso, não existe um verdadeiro mercado; b)- como o mercado é pequeno e ilíquido, qualquer tentativa de venda inicial corre o risco de não ter ofertas ou de as ter a preços longe do "valor económico real". Isto é, quem quisesse vender isoladamente teria de vender ao desbarato.

Uma AMC patrocinada pelo estado pode fazer o que os privados não podem: criar transparência de informação e criar mercado.

Provavelmente a AMC deveria começar com um levantamento rigoroso dos NPL de cada instituição segundo critérios uniformes e determinar para cada caso o tipo de solução a aplicar. Pode até, nalguns casos, chegar-se à conclusão de que não há solução possível e resolver o banco.

Admitindo que há solução, um plano de recapitalização deve ser elaborado e, nesse plano, pode ter lugar a transferência de parte dos NPL para a AMC ao valor económico real. Naturalmente o plano de recapitalização deve ter em conta as perdas líquidas (se as houver) com a transferência dos NPL para a AMC – aumento de capital pode ou não ser necessário.

Para evitar "moral hazard" por parte dos bancos estes devem deixar alguma pele no jogo. Um modelo possível é a emissão de títulos pelo banco, a favor da AMC, que esta pode transformar em capital caso o valor de realização dos créditos comprado pela AMC se revele inferior ao valor económico real estimado a que foram comprados. Isto é, se a AMC perder dinheiro não pode pedi-lo de volta aos bancos mas fica com ações dos mesmos!

Como a AMC para ser eficaz tem de ter alguma capital do estado ou, pelo menos, algumas garantias estatais aos compradores dos créditos, convém sempre que este ou outro mecanismo limite as possibilidades de perdas dos contribuintes.

Naturalmente que, sendo a escala crítica nesta matéria, uma solução a nível europeu seria sempre preferível, contudo, aqui como em muitas outras coisas esbarramos com a intransigência alemã

A experiência italiana demonstra que, mesmo num país que não é propriamente pequeno, as coisas numa base nacional podem não ser fáceis.

O Atlante (um "quase banco mau" italiano que é um fracasso anunciado) mostra como a pensar pequeno e com muitas limitações à intervenção do estado não vamos muito longe.



40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

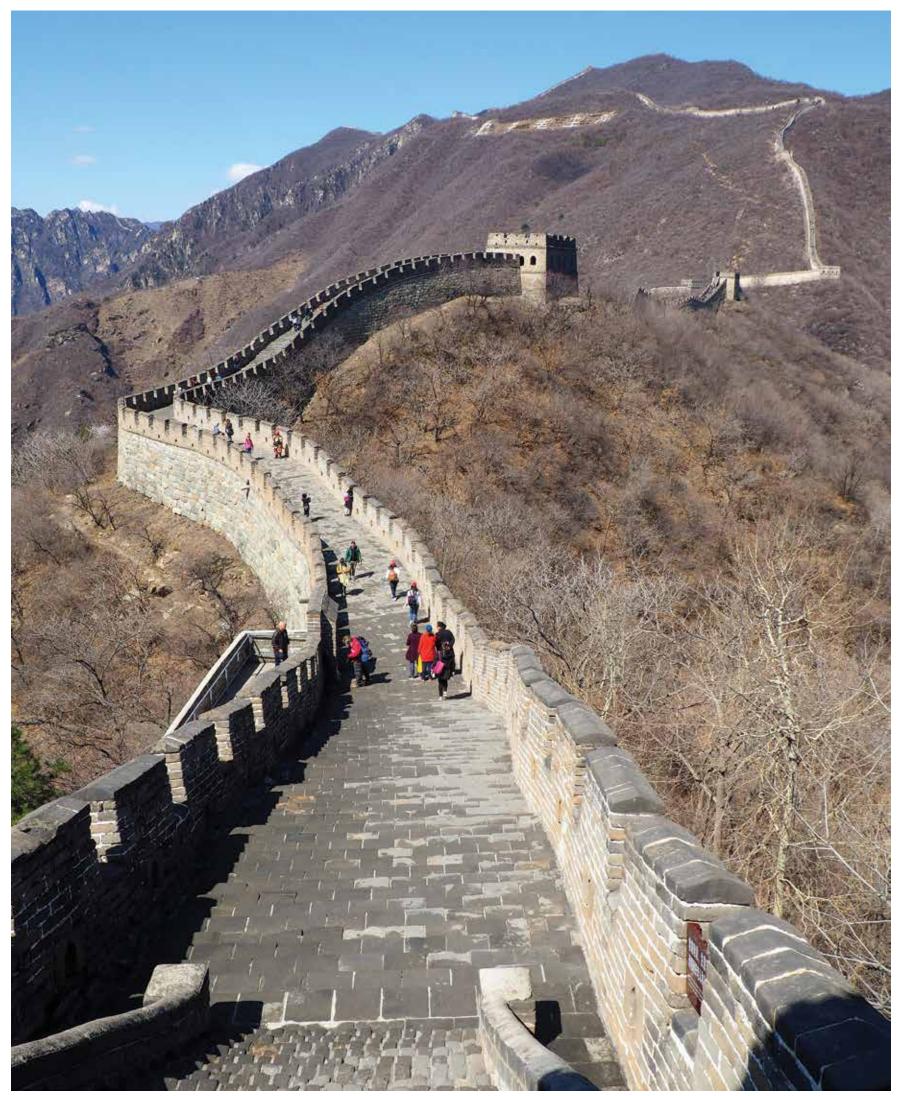
- · Ementas validadas por nutricionistas
- Capitações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- · Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.





Peregrinação à Grande Muralha da China

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - Telefone: 22 606 86 14 | Fax: 22 600 17 74 - | e-mail: jornal.solidariedade@gmail.com Diretor: Padre Lino Maia | Diretor-Adjunto Padre José Baptista | Editor: Pedro Vasco Oliveira Redação: Milene Câmara, Rodrigo Ferreira, V.M. Pinto - Colaboradores: Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | Impressão: Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | Tiragem: 5.000 exemplares Depósito Legal n.º 11753/86, ICS-111333



ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO

Portugal com menos de 10 milhões de pessoas em 2031

Portugal mantém o agravamento do envelhecimento demográfico dos últimos anos, prevendo-se que fique abaixo do limiar dos 10 milhões em 2031, segundo projeções do Instituto Nacional de Estatística.

O INE definiu quatro cenários de projeção da população: cenário baixo, cenário central, cenário alto e cenário sem migrações, com base em diferentes conjugações das hipóteses alternativas de evolução das componentes de evolução demográfica.

De acordo com o cenário central da projeção, entre 2015 e 2080, Portugal passará dos atuais 10,3 para 7,5 milhões de pessoas.

O número de jovens diminuirá de 1,5 para 0,9 milhões e os idosos de 2,1 para 2,8 milhões.

Face ao decréscimo da população jovem, a par do aumento da população idosa, o índice de envelhecimento mais do que duplica, passando de 147 para 317 idosos, por cada 100 jovens, em 2080.

Segundo a projeção do INE, o índice de envelhecimento só tenderá a estabilizar na proximidade de 2060, quando as gerações nascidas num contexto de níveis de fecundidade abaixo do limiar de substituição de gerações já se encontrarem no grupo etário dos 65 ou mais anos.

Estas tendências, acrescenta o INE, são em geral transversais a todas a regiões (Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve e regiões autónomas da Madeira e dos Açores).

Esta análise como população de base a estimativa provisória de população residente a 31 de dezembro de 2015.

Segundo o INE, os resultados obtidos não devem ser entendidos como previsões, mas sim com um caráter condicional, uma vez que são determinados pelo volume e pela estrutura da população no momento da partida (2015) e pelos diferentes padrões de comportamento da fecundidade, da mortalidade e das migrações, estabelecidos em cada um dos cenários, ao longo do período de projeção.

Em 2025 e no cenário central, a população residente em Portugal será de 10,1 milhões, sendo que dez anos depois será de 9,9 milhões e em 2055 de 8,9 milhões.

Uma projeção de 2014 também do INE apontava que a população residente em Portugal tenderia a diminuir quase dois milhões de pessoas até 2060, passando de 10,5 milhões, em 2012, para 8,6 milhões.

JOVENS SERÃO MENOS DE UM MILHÃO EM 2080

A população com menos de 15 anos de idade residente em Portugal diminuirá até 2080, passando dos atuais 1,5 milhões para menos de 1 milhão de pessoas, segundo a projeção do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Segundo o INE, a diminuição de 1,5 milhões para menos de um milhão de pessoas enquadrase no cenário central. De acordo com este cenário, a população jovem ficará abaixo do limiar

de 1,4 milhões já no próximo ano (1.396.366).

Em 2023, deverá estar abaixo dos 1,3 milhões (1.290.266) e sete anos depois, abaixo dos 1,2 milhões (1.191.634) e, em 2046, abaixo dos 1,1 milhões (1.090.695).

A queda para menos de um milhão de jovens em Portugal deverá acontecer em 2055 (994.294).

As projeções da população residente entre 2015-2080 têm como população de base a estimativa provisória de população residente a 31 de dezembro de 2015.

Segundo a projeção do INE, mesmo considerando, neste cenário, um aumento da fecundidade assim como uma alteração para saldos migratórios positivos, a redução de mulheres em idade fértil que se verifica desde 2003 terá inevitavelmente como resultado a diminuição do número de nascimentos e, consequentemente, da população jovem nos próximos anos.

A tendência de decréscimo da população jovem está presente nos resultados de todos os cenários de projeção considerados, podendo oscilar entre 1,3 milhões no cenário alto e 0,5 milhões no cenário baixo, em 2080.

As diferenças na evolução deste grupo etário relacionam-se sobretudo com a influência dos saldos migratórios, dos níveis de fecundidade e da conjugação de ambos, nos diferentes cenários.

Esta evolução é também transversal a todas as regiões e em todos os cenários, com exceção da Área Metropolitana de Lisboa e do Algarve no cenário alto.

Já relativamente à população com 65 ou mais anos, a projeção revela que poderá passar de 2,1 para 2,8 milhões de pessoas, entre 2015 e 2080, no cenário central.

Contudo, o número de idosos atingirá o valor mais elevado no final da década de 40, momento a partir do qual passa a decrescer.

Esta situação, explica o INE, deve-se ao facto de entrarem nesta faixa etária gerações de menor dimensão, nascidas já num contexto de níveis de fecundidade abaixo do limiar de substituição das gerações.

Em 2080, a população idosa poderá atingir entre 3,3 milhões no cenário alto e 2,5 milhões de pessoas no cenário baixo.

O acréscimo mais acentuado no cenário alto resulta, sobretudo, de um maior aumento da esperança de vida considerado neste cenário.

A tendência de aumento da população idosa é transversal a todas as regiões e em qualquer dos cenários analisados, com exceção do Centro no cenário sem migrações e do Alentejo nos cenários baixo, central e sem migrações.

Esta analise como população de base a estimativa provisória de população residente a 31 de dezembro de 2015.

Segundo o INE, os resultados obtidos não devem ser entendidos como previsões, mas sim com um carater condicional uma vez que são determinados pelo volume e pela estrutura da população no momento da partida (2015) e pelos diferentes padrões de comportamento da fecundidade, da mortalidade e das migrações, estabelecidos em cada um dos cenários, ao longo do período de projeção.

